



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**



CRISTIANE MARIA BARBIERO

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA CRIANÇAS: (RE)CONSTRUINDO
HISTÓRIAS DE PARANHOS**

Amambai/MS
2018

Apresentação

Estimado aluno

Esse material foi carinhosamente elaborado para que você possa conhecer um pouco mais sobre a história do nosso município: Paranhos. Essa terra tão querida, com tantos povos, tantas culturas, com tantas histórias que merecem ser conhecidas, contadas e estudadas.

A história de um povo, ou de um lugar é composta por várias histórias. E elas são feitas por pessoas como eu, você, seus colegas da escola, professores, sua família e amigos. Lembre-se de que ninguém faz a história sozinho!

De modos diferentes, há muitos anos, pessoas como nós já estavam por aqui onde hoje chamamos de Paranhos, outros chegaram enquanto outros partiram.

Conhecer a história de nosso município significa buscar entender melhor aquilo que está ao nosso redor, ou seja, o local onde vivemos. É a partir do conhecimento sobre a história local, que poderemos compreender melhor a história do nosso estado, o Mato Grosso do Sul, do nosso país, o Brasil e do mundo. Convidamos você a embarcar com a gente nessa história e fazer uma viagem no tempo!

Bons estudos!

A autora

Sumário

| | |
|--|----|
| Capítulo 1 – Para que estudar história? | 04 |
| 1.1 – A história local | 06 |
| 1.2 – Identificando Mudanças e Permanências | 07 |
| Atividades | 07 |
| | |
| Capítulo 2 – Apresentando o nosso município | 08 |
| 2.1 – Uma terra cheia de diversidade | 09 |
| Atividades | 10 |
| | |
| Capítulo 3 – Quando tudo era Ipehum | 14 |
| 3.1 – A economia madeireira movimenta o distrito | 15 |
| 3.2 – Paranhos se torna município | 20 |
| Atividades | 23 |
| | |
| Capítulo 4 – Os Guarani e Kaiowá, nossos primeiros habitantes | 25 |
| 4.1 – A presença da Companhia Matte Larangeira e o surgimento das “reservas” | 28 |
| 4.2 - A Campanha Marcha para o Oeste e o impacto da chegada dos colonizadores na vida dos Guarani e Kaiowá em Paranhos | 30 |
| Atividades | 32 |
| | |
| Capítulo 5 – O Forte de Iguatemi e as origens de Paranhos | 36 |
| 5.1 – A Trincheira Kue e a aldeia Paraguassu | 40 |
| Atividades | 40 |
| | |
| Capítulo 6 – A vila de Taquaperi | 43 |
| 6.1 – De posseiros à proprietários das terras | 46 |
| Atividades | 49 |
| | |
| Material de apoio para os professores | 51 |

Capítulo 1

Para que estudar história?

A história, como disse um grande historiador chamado Marc Bloch, é o estudo dos homens no tempo, pois ela estuda as ações e o processo de mudanças e de permanências da sociedade humana. Podemos perceber isso por exemplo, quando observamos uma fotografia de lugares conhecidos de alguns anos atrás e analisamos como as coisas mudaram nesse tempo.



*Escola Estadual
Santiago
Benites em
1991.
Acervo da
Professora
Nilza Basilio da
Silva*



*Escola Municipal
Dr. Mitsuro Saito
em 1999.*

Acervo da Escola.

Não estudamos história com o objetivo de decorar nomes e datas, ou memorizar um fato e sim para tentar entender o que aconteceu e por que aconteceu. Quando fazemos isso, podemos buscar soluções e tentar mudar a realidade que nos cerca, principalmente para os problemas que ocorrem em nosso município.

A história local

Estudar a história do município é o mesmo que estudar a história local, do lugar onde vivemos, no nosso caso, Paranhos.

Você deve se lembrar que começou a ter contato com essa disciplina desde o primeiro ano, quando iniciou seus estudos e ao longo dos anos conhecerá outras histórias, como a do estado do Mato Grosso do Sul, do Brasil e de outras partes do mundo.

Antes disso, vamos conhecer a do nosso município. Ao estudá-la, poderá compreender muitas coisas, entre elas, como era Paranhos antes, porque houve mudanças, porque tantas coisas já não existem mais, enquanto outras foram surgindo.

Entretanto, não vivemos sozinhos, nem isolados, por isso quando falamos da história de Paranhos, incluímos também o nosso país vizinho, o Paraguai, os municípios de Amambai e de Ponta Porã, porque já pertencemos à eles. Isso porque a nossa história está relacionada com a de outros lugares, assim você poderá perceber que o que acontecia aqui, estava relacionado também com as coisas que aconteciam ocorriam em locais mais distantes.

As fontes históricas

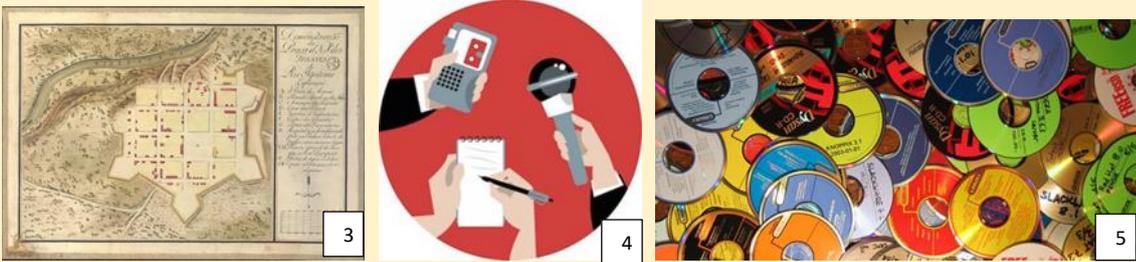
Quem faz as pesquisas sobre a História é chamado de historiador. Mas você faz ideia do que ele utiliza para poder fazer suas pesquisas? São as chamadas fontes históricas.



Fontes históricas são todos e quaisquer vestígios produzidos e deixados pelo ser humano. Exemplo: Construções, documentos, mapas, roupas, objetos, pinturas, músicas, fotografias, depoimentos, entrevistas e etc.



Essas fontes nos ajudam a compreender muito sobre as mudanças, os acontecimentos, sobre as ações humanas.



Fontes:

1 – FUNAI. Disponível em <http://mapas.funai.gov.br>

2- Acervo da Escola Municipal Dr. Mitsuro Saito

3 - Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543427/cart54

4 - <https://musicodiy.com/consejos-para-entrevistas-como-sacar-el-maximo-de-tus-oportunidades-de-promocion/>

5 - <http://www.jovenscatolicos.com.br/artigos-religiosos/cds-catolicos-cinco-albuns-catolicos-para-ouvir/>

Identificando mudanças e permanências

Como foi apresentado anteriormente, a história estuda as mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo. Muitas vezes, essas mudanças ocorrem de forma muito rápida, às vezes, demoram um pouco mais.

Na atividade abaixo pretendemos, por meio de fotografias e objetos antigos, observar o que mudou ou permaneceu até os dias de hoje.

Lembre-se: Cada época é diferente da outra, talvez uma roupa, um corte de cabelo ou uma tecnologia de alguns anos atrás, possam não ser os mesmos de hoje. Não é objetivo da história julgar, mas analisar e tentar entender porque era daquele jeito e mudou.

Atividade

Atividade 1: Exposição de fotografias e objetos antigos na sala de aula

1 - Converse com seus pais ou responsáveis e peça à eles uma ou duas fotografias que não sejam recentes (pode ser fotos de você mesmo ou de membros de sua família), para levar à escola. Coloque seu nome atrás para não correr o risco de misturar com as de seus colegas.

2 - Pergunte a eles também se em casa tem algum objeto antigo e peça para levar à escola, para fazermos uma exposição desses objetos.

Capítulo 2

Apresentando o nosso município

Você sabia que Paranhos está localizado no sul do estado de Mato Grosso do Sul, em uma área de fronteira com o Paraguai? Que essa região é chamada de “fronteira seca”? Isso porque não há rios, morros, ilhas ou praias separando esses países. Basta atravessar a linha da fronteira que entraremos no distrito de Ypejhú, do lado paraguaio.

Para entender melhor, vamos observar os dois mapas representados nas figuras 1 e 2. No primeiro, vamos localizar o estado de Mato Grosso do Sul, no segundo, Paranhos e suas fronteiras, tanto com o Paraguai, quanto com os municípios vizinhos.

Fronteira é o limite entre dois países

Figura 1: Brasil Político



Fonte IBGE: Disponível em <http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm>

O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.
Fonte: INCRA

Além das grandes propriedades rurais que são mais conhecidas como fazendas, também encontramos pequenas propriedades rurais, como os sítios e chácaras, principalmente nos assentamentos rurais: São Cristóvão, São José do Jatobá, Beira Rio, São Vicente de Paula Silva, Cabeceira do Rio Iguatemi e também nas terras indígenas: Arroio Korá, Sete Cerros, Paraguassú, Potrero Guaçú, Pirajuí e Y'poi que ainda não foi reconhecida pelo Estado como terra indígena.

TI ou terra indígenas tradicionalmente ocupadas, são aquelas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto nº 1775/96.
Fonte: FUNAI

Durante muito tempo em Ponta Porã e depois em Amambai que eram decididas diversas coisas por nós, isso porque Paranhos pertenceu à esses dois municípios. Em 1987 conquistamos nossa emancipação política e assim nos tornamos independentes, passamos a ter nossa própria prefeitura, câmara e leis próprias.

Mas a história do nosso município não começou em 1987, ela é bem mais antiga. Antes de Paranhos existir, muitas pessoas já viviam nessa região em uma povoação que era chamada de "Ipehum".

Uma terra cheia de diversidade

Você já deve ter percebido pela proximidade da fronteira com o Paraguai e pela forte presença da população indígena, que em nosso município existe uma imensa variedade cultural e linguística, percebida em todos os lugares, no comércio, nas ruas, nas escolas, que são os principais pontos de encontro desses grupos.

Por consequência da influência paraguaia e indígena, é comum que muitas pessoas falem além do português, também o guarani e o espanhol. A influência dessas culturas também pode ser percebida na culinária, nos pratos típicos paraguaios, na música e na religião.

Assim, você pode perceber que o município de Paranhos possui uma população com características culturais, linguísticas e religiosas próprias e únicas, que vale a pena conhecer e também valorizar.

Atividades:

Atividade 1: No mapa do estado do Mato Grosso do Sul, localize o país e os municípios vizinhos de Paranhos, faça uma legenda com seus nomes e pinte-os da cor que desejar.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Mato_Grosso_do_Sul

Atividade 2: Identificando minhas origens

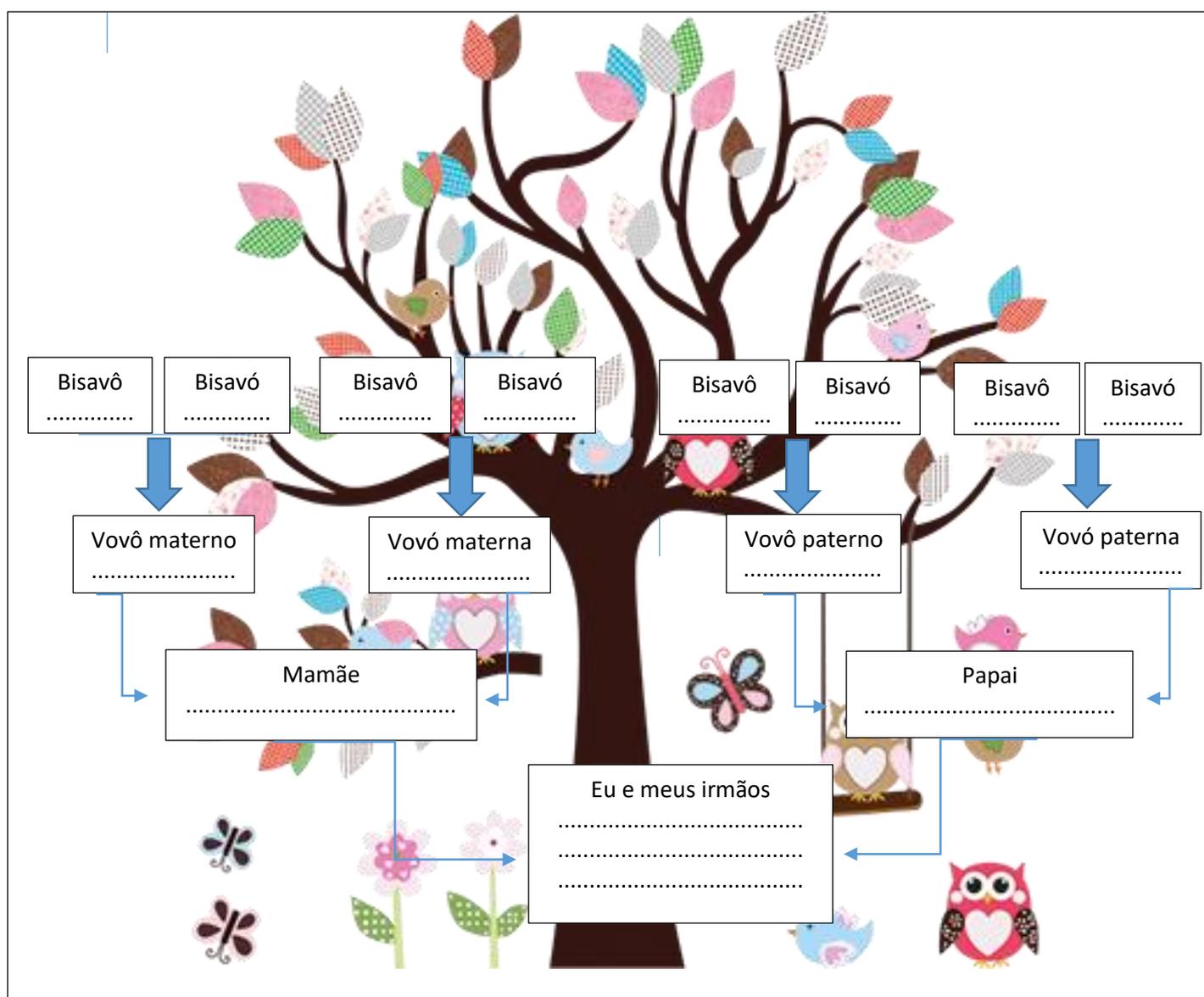
Uma árvore genealógica é um modo de se conhecer as origens da minha família, que é onde inicia também a minha história. Conhecer a origem dos meus avós, bisavós paternos e maternos, ajuda a conhecer também a nossa.

Pesquise com a sua família, algumas informações importantes para que possa construir uma árvore genealógica:

| | Nome | Sobrenome | Nacionalidade Se for indígena, colocar a etnia |
|-------|------|-----------|---|
| Eu | | | |
| Papai | | | |
| Mamãe | | | |

| | | | |
|----------------|--|--|--|
| Irmão (a) | | | |
| Vovô Paterno | | | |
| Vovó Paterna | | | |
| Vovô Materno | | | |
| Bisavô Paterno | | | |
| Bisavó Paterna | | | |
| Bisavô Materno | | | |
| Bisavó Paterna | | | |

Arvore Genealógica da minha família



Atividade 3: Identificando costumes cotidianos e suas origens

Em nosso dia a dia, seja em casa, na escola ou na casa de amigos, percebemos que com o passar do tempo vamos adquirindo diversos costumes e influências em nosso modo de se alimentar e de falar. São tão cotidianas, que nem paramos para observar que as origens desses hábitos vem da influência paraguaia, indígena ou de outras regiões do Brasil.

Pesquise as origens desses produtos extremamente consumidos em nosso município.

| Produtos | Origens |
|-------------|---------|
| Chimarrão | |
| Beijú | |
| Bori – bori | |
| Chipa | |
| Tereré | |
| Erva – mate | |
| Mandioca | |
| Chipa guasú | |
| Coquito | |
| | |

Atividade 4: Gastronomia da fronteira

A culinária na região de fronteira é riquíssima e é tão comum encontrarmos pratos típicos paraguaios na mesa dos brasileiros, que às vezes até nos esquecemos de suas origens. Entre eles, podemos destacar os mais conhecidos como a Chipa, a Chipa Guasu, o Bori bori, o Coquito e a Sopa Paraguaia.

A gastronomia tem uma relação muito importante com a questão da identidade, com as minhas origens, e com a influência que recebo da sociedade no qual faço parte.

FICHA DE ATIVIDADE

Receita de Chipa

TEMPO DE PREPARO: ----- PORÇÕES: -----

INGREDIENTES:

- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____

- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____
- ✓ _____



MODO DE PREPARO:

Fonte das imagens: <http://aldeiaencantada.com.br>

Capítulo 3

Quando tudo era Ipehum

Você conhece Ypejhú? E Ipehum? Ypejhú é o nome do distrito paraguaio vizinho, mas sabia que houve um tempo em que Paranhos era chamado de Ipehum? Vamos conhecer um pouco mais sobre essa história?

Durante muito tempo, os dois povoados que se instalaram próximos a essa linha fronteira entre Brasil e Paraguai, dividiram o mesmo nome: Ipehum. Enquanto o brasileiro tornou-se Paranhos, o paraguaio manteve o nome, embora se escreva Ypejhú.

Encontramos dados do quanto esse povoado brasileiro é antigo em muitas fontes documentais do final do século XIX, como as atas de demarcação das fronteiras após a [guerra com o Paraguai e os](#) documentos de concessão para a exploração da erva mate.

A “povoação de Ipehum” como era chamado, estava na área de concessão da Companhia Matte Larangeira¹ para a exploração da erva-mate, também era ponto de passagem e um dos postos de fiscalização das exportações dessa erva para a Argentina, entre o final do século XIX e o início do XX.

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito ocorrido na América do Sul envolvendo o Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai entre 1864 – 1870).



Ipehum do lado paraguaio, atualmente conhecida como Ypejhú, é um dos distritos do departamento de Canindeyú e completou 100 anos em março de 2018.

Marco de fronteira entre o Brasil e o Paraguai em 2018 (Ypejhú- Paranhos)

Fotografia: Site Canindeyu Digital. Disponível em <http://www.canindeyudigital.com/files/2015/06/ypejhu-canindeyu.jpg>

¹ É Larangeira com “g” por causa do sobrenome do fundador dessa empresa, Thomaz Larangeira.

Representante oficial de um país junto ao governo de outro.

A mudança de nome para Patrimônio de Paranhos ocorreu em 1926, em homenagem à José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, um importante diplomata que participou das negociações das demarcações das fronteiras após a Guerra com o Paraguai. Nesse tempo Paranhos pertencia ao município de Ponta Porã, depois passou a pertencer a Amambai e em 1958 tornou-se um distrito.

Os marcos de fronteira

Você já percebeu que ao longo da linha fronteira entre o Brasil e o Paraguai, existem alguns pilares de concreto? Eles são os marcos que delimitam onde é o território brasileiro e onde é o paraguaio. A primeira delimitação das nossas fronteiras com esse país vizinho, foi feita em 1872 por meio do Tratado de Limites, logo após o fim da guerra com o Paraguai. A partir da década de 1930, a Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil – Paraguai fez a revisão e os reparos nesses marcos.



Marco de fronteira entre Paranhos e Ypejú em 2018. Acervo do professor Reginaldo Adriano Brisqueal

A economia madeireira movimentava o distrito

O distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional.

Fonte:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937>

Você já deve ter ouvido falar que aqui na região, há alguns anos atrás, havia muitas madeiras, trânsito de muitos caminhões carregados de tora e do movimento em Paranhos por causa da madeira. Mas sabia que a maior parte dela não vinha do Brasil e sim do Paraguai?



Toras no pátio de madeireira no Paraguai, durante a década de 1980.

Acervo pessoal do Sr. Sérgio Salapata

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma intensa exploração madeireira no sul do estado do Mato Grosso do Sul na época também chamado de Mato Grosso e no distrito de Paranhos, não foi diferente. Até então, a economia que se baseava principalmente na erva mate, passou a dividir espaço com a extração da madeira. As primeiras madeireiras foram instaladas na vila de Taquaperi, mas com o tempo elas começaram a se concentrar mais do lado paraguaio.

Houve um tempo em que não existia o estado Mato Grosso do Sul, era tudo Mato Grosso e Paranhos pertencia a ele. A separação entre os dois estados aconteceu no ano de 1977.

Vilas são povoações menores que as cidades.

Migrantes são pessoas que mudam de um lugar para outro dentro do próprio país.

Na região de Ypejuhú havia muitas árvores como Ipê e Peroba que eram muito valiosas e isso atraiu dezenas de migrantes paranaenses que vinham para montar madeireiras, cortar madeira, puxar toras e outras atividades relacionadas à esta economia.

A economia madeireira movimentou muito o distrito de Paranhos e deu muitos lucros aos que estavam envolvidos, desde trabalhadores, madeireiros e comerciantes locais.

Houve um período que havia mais de 30 madeireiras instaladas no Paraguai, a maioria delas pertencia a brasileiros, mas os trabalhadores eram dos dois países. Todos os dias era intenso o movimento de caminhões carregados de madeira na avenida Internacional, aquela que liga Paranhos a Ypejuhú.



Ipê sendo retirado na região do distrito de Ypejhú durante a década de 1980.

Acervo do Sr. Sérgio Salapata

Não havia madeiras e brasileiros explorando-as apenas em Ypejhú, mas também em outros distritos paraguaios. A maior parte dessa madeira era comercializada no Brasil, como se fosse de origem brasileira.

No final do anos de 1980, a madeira foi escasseando, ou seja, começou a diminuir. Além disso, o nosso país vizinho começou a endurecer suas leis ambientais. Assim, já não se podia mais comercializar a madeira paraguaia aqui no Brasil tão facilmente como se fazia antes.

Mudanças na paisagem...

A atividade madeireira não pode ser discutida apenas do ponto de vista econômico, mas também ambiental. É indiscutível que ela deu lucro e movimentou muito o distrito de Paranhos e outros locais da região, mas você acredita que por causa disso o meio ambiente foi muito afetado? Será que mudou muito a paisagem da região por causa da derrubada de tantas árvores?

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, as leis brasileiras proíbem a derrubada de várias espécies de árvores, porque elas já foram tão exploradas que hoje encontram-se em extinção, ou seja, estão quase desaparecendo, entre elas encontra-se o Ipê, uma das espécies que mais foi explorada na nossa região.



Ipê Amarelo (Foto: Minamar Júnior)

Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/ipes-tomam-conta-da-cidade-e-compensam-calor-em-campo-grande>

Vamos investigar sobre isso?

Encontre alguém que more há muitos anos aqui em Paranhos ou na região e pergunte quais as recordações e lembranças que eles têm desse período em que havia muita exploração de madeira na região. Pergunte também para que era utilizada a madeira.

Você conhece ou já ouviu falar na Reserva Natural Del Bosque de M'baracayú no departamento de Canindeyú no Paraguai?

Uma amostra da abundância de espécies e da riqueza que existia em toda essa região de Ypejhú, ainda pode ser observada na Reserva Natural Del Bosque de M'baracayú em Canindeyú.

Mantida em um sistema de parceria entre o Governo Paraguaio, Nações Unidas e Fundação Moisés Bertoni, a reserva é uma das maiores do país vizinho e fica pertinho de Paranhos, aproximadamente 27 quilômetros. Ela é visitada por muita gente da região, vale a pena conhecê-lo!



Salto Karapá



Passeio de canoa



Cerrado Aguara Ñu

Que tal acessar o site? Nele tem informações muito interessantes, vale a pena conferir!
<http://mbaracayu.com.py>

Paranhos torna-se município

De acordo com o que estudamos, vimos que a atividade madeireira atraiu mais moradores para o distrito de Paranhos. Quanto mais ele foi crescendo em população e economia, mais foi se fortalecendo na busca por sua emancipação político-administrativa do município de Amambai o que acabou ocorrendo em 17 de novembro de 1987.

O município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal.

Fonte:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937>



Desfile em comemoração ao 10º aniversário de emancipação do município de Paranhos em 1997.

Acervo da professora Nilza Basílio da Silva

Mas não foram fáceis os primeiros anos de emancipação. Isso porque a atividade madeireira começou a diminuir, afetando diretamente nossa economia. A maior parte dos donos de madeireiras mudaram-se para outras localidades. Muitas famílias que vieram para Paranhos atraídos por essa atividade, continuaram, enquanto outras foram embora.

Nosso comércio foi diretamente afetado porque era movimentado principalmente pela madeira. A região não era voltada para a agricultura e sim para a pecuária. A maior parte das terras de Paranhos já era constituída por fazendas, o restante em pequenas propriedade rurais. Então, a desigualdade na distribuição de terras aliada às dificuldades que o comércio local sofreu, fez com que o nosso município passasse por muitas dificuldades econômicas. Infelizmente, uma realidade que ainda se faz presente nos dias atuais.

A Companhia Matte Larangeira e a exploração dos ervais no sul de Mato Grosso

Você já tinha ouvido falar da Companhia Matte Larangeira? Ela é bem famosa por te explorado erva mate nativa aqui na nossa região. Mas sabia que seus trabalhadores eram muito explorados? O pesquisador Gilmar Arruda, em seu livro Frutos da Terra, nos apresenta informações muito interessantes sobre essa Companhia, como podemos observar no trecho abaixo:

A região sul de Mato Grosso compreendida entre o rio Paraná, Paraguai, fronteira do Paraguai e o rio Pardo foi, durante cerca de meio século, entre 1890-1940, palco da ação da Cia Matte Larangeira, arrendatária dos terrenos devolutos e dos ervais nativos ali existentes.

A exploração dos ervais do sul iniciou-se após a guerra contra o Paraguai, expandindo-se gradualmente até o surgimento da República sendo controlada, neste período, por Thomaz Larangeira, primeiro concessionário dos arrendamentos. Com a proclamação da República, a família Murtinho organizou a Companhia Matte Larangeira, assumiu os arrendamentos do antigo concessionário e ampliou a área de concessões a totalidade da extensão dos ervais nativos.

A Cia chegou arrendar no início do século cerca de 5.000.000 há de terras e empregando milhares de trabalhadores, a maioria procedente do Paraguai. [...] Sua sede central no Mato Grosso era Campanário pequena “cidade” construída pela empresa no centro do planalto de Amambaí no início da década de 1920. Possuía eletricidade, hotel, fábrica de gelo, telefone e etc. Contava com aproximadamente 2.000 moradores (ARRUDA, Gilmar. Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p.17).

Atividades:

- 1- Qual era a região do Mato Grosso que a Companhia Matte Larangeira tinha o direito de explorar a erva-mate?

.....

- 2- Durante quanto tempo essa empresa recebeu o direito de explorar a erva-mate nessa região?

.....

- 3- Por que sua sede a fazenda Campanário era considerada uma pequena cidade?

.....

As estações de fiscalização das exportações de erva-mate

Fomos percebendo mediante a leitura de alguns decretos e contratos relacionados à exploração do ervais, que Ipehum era um dos pontos de fiscalização do governo brasileiro na época das exportações. No Brasil, durante o período imperial até o republicano, havia uma exigência por parte do governo de que antes da exportação a erva deveria passar por pontos de fiscalização, ou “estações fiscaes”, onde se cobravam os “[...] direitos provinciaes de exportação sobre esse productoz”, como consta na cláusula VI do decreto 9692/1886, que prorrogava o prazo concedido a Thomaz Larangeira para colher erva mate na província de Mato Grosso.

Já o decreto 520 de 1890, em sua VI cláusula, determinava que a citada empresa deveria fazer as exportações de seus produtos pelas “[...] duas estações fiscaes estabelecidas nas serras do Amambahy e Maracaju”. A informação de quais seriam essas duas estações fiscaes ficaram evidentes para nós por meio de um termo de contrato de arrendamento dos ervais de 1893, com o procurador do banco “Rio e Mato Grosso”, onde se estabelecia que “fica obrigado igualmente a fazer a exportação de seus produtos pelas duas estações fiscaes estabelecidas no Ipehun e Ponta Porã, declarando nos sacos ou envoltórios a procedência de seu conteúdo e a começar desde logo os respectivos trabalhos”.

- 1- De acordo com o texto, quais eram as duas principais estações fiscaes por onde a Companhia Matte Larangeira deveria fazer suas exportações de erva mate?

.....

- 2- O que significa exportação?

.....

.....

- 3- Qual era a importância dessas estações de fiscalização para o governo da província de Mato Grosso?

.....

.....

Atividades:

1 – Vimos que o povoamento que hoje corresponde à cidade de Paranhos é muito antigo. De acordo com o texto, quais documentos nos mostram isso?

.....

.....

.....

.....

2 – Elabore uma linha do tempo com as principais mudanças políticas ocorridas entre o período correspondente ao povoamento de Ipehum até a emancipação política de Paranhos.

3 – De acordo com o texto, vimos que nas décadas de 1970 e 1980 a economia madeireira movimentou muito nosso estado. O que diferenciava essa atividade em Paranhos do restante do estado?

.....

.....

.....

4 – Quais as maiores dificuldades econômicas encontradas em Paranhos na medida que a atividade madeireira começou a diminuir?

.....

.....

.....

5 - Complete as lacunas do texto e em seguida, encontre-as no caça palavras.

No final do século XIX e início do XX, o povoamento de..... era um dos postos ou estações de fiscalização da que era exportada para a Argentina pela Companhia Com o passar do tempo seu nome mudou, tornando-se Patrimônio de em 1926.

No início, Paranhos pertencia ao município dedepois passou a pertencer a até sua emancipação político-administrativa em 1987.

A primeira atividade econômica que movimentou o distrito de Paranhos foimas a que mais impulsionou sua economia foi a nas décadas de 1970 e 1980.

A atividade madeireira em Paranhos foi movimentada pela madeira de origem que era vendida em nosso país como se fosse brasileira.

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | N | D | A | G | L | A | R | U | T | Y | O | P | D | E |
| P | A | M | A | D | E | I | R | E | I | R | A | G | U | A |
| E | R | V | U | I | N | T | P | O | N | T | R | U | O | L |
| B | R | A | S | P | A | R | A | G | U | A | I | A | R | A |
| M | A | T | T | E | L | A | R | A | N | G | E | I | R | A |
| A | M | A | M | H | I | E | A | T | E | I | B | O | L | O |
| C | A | N | E | U | P | O | N | T | A | P | O | R | A | E |
| I | P | E | L | M | A | S | H | B | E | R | S | O | M | A |
| A | M | A | M | B | A | I | O | F | R | O | B | T | E | I |
| S | I | O | C | I | D | A | S | G | E | N | T | O | J | U |
| P | O | E | R | V | A | M | A | T | E | D | O | N | E | Y |

Capítulo 4

Os Guarani e Kaiowá: nossos primeiros habitantes

Você sabia que Paranhos tem uma enorme população indígena? Que é o **segundo município** do estado de Mato Grosso do Sul, com maior proporção de população indígena (35,7%)? Que correspondem a mais de 1/3 da nossa população, ou seja, se dividíssemos toda a população que mora em nosso município em três partes, uma delas seria só de indígenas Guarani e Kaiowá. Vamos conhecer um pouco mais sobre esses povos, sua língua, cultura, sobre o seu modo de viver?

O primeiro é Japorã com 49,4% de proporção da população indígena. Fonte: IBGE, censo indígena 2010.



Professores e alunos Guarani na escola da missão. Aldeia Pirajú em 2018. Acervo da Secretaria Municipal de Educação de Paranhos – SEMEC

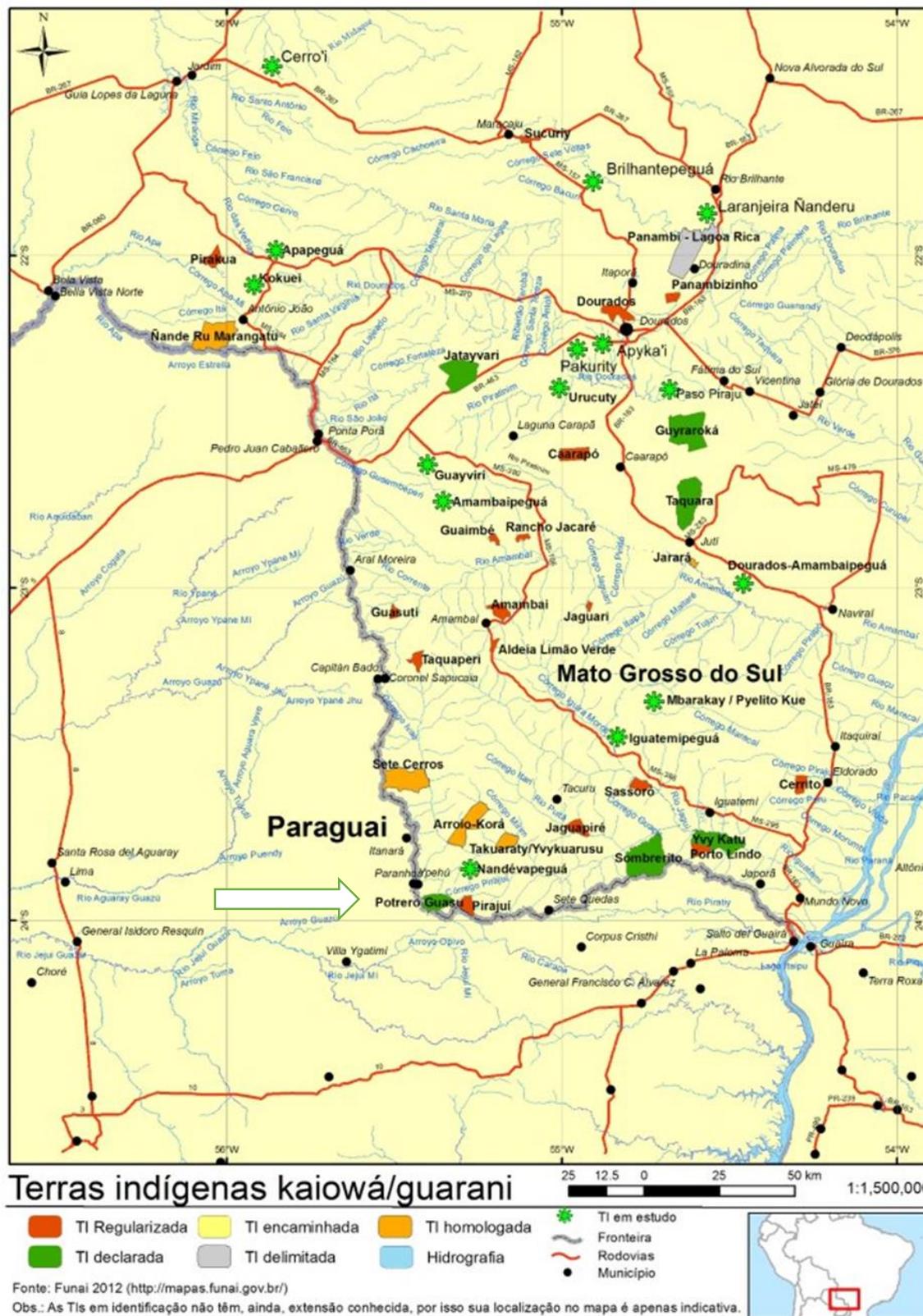
De acordo com o último censo populacional, o número de indígenas em nosso município corresponde a 4.404² pessoas, sendo que o total da população é de cerca de 12.350³. Encontram-se distribuídos em seis

territórios indígenas: Takuaraty/ Yvykuarusu ou Paraguassu, Potrero Guaçu, Sete Cerros, Arroio Korá, Ypo'i e Pirajú, como podemos observar na figura 1.

² De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/p/anorama>. Acesso em 12/06/2017.

³ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

Figura 1: Terras Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul



Fonte: Funai. Disponível em <http://mapas.funai.gov.br>

Nossos indígenas pertencem a duas etnias diferentes: Guarani e Kaiowá. Muitas pessoas se referem aos indígenas como se todos fossem “Guarani Kaiowá”, mas é importante que você saiba que eles são povos diferentes.

Compreende fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo.

Tabela 1: População Indígena em Paranhos - MS

| TERRA INDÍGENA | ETNIA | SUPERFÍCIE (ha) | POPULAÇÃO |
|-------------------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------|
| Arroio – Korá | Guarani e Kaiowá | 7.175,7747 | 652 |
| Pirajuí | Guarani Nhandeva | 2.118,2325 | 2031 |
| Potrero Guaçu | Guarani Nhandeva | 4.025,0000 | 725 |
| Sete Cerros | Guarani Nhandeva e Kaiowá | 8.584,7213 | 378 |
| Takuaraty/ Ivykuarusu ou Paraguassu | Guarani e Kaiowá | 2.609,0940 | 592 |
| Ypoi | Guarani Nhandeva | 19.756,0000 | Sem dados do IBGE |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE em 2018

Sobre os Guarani e Kaiowá, o pesquisador Tiago Cavalcante explica que:

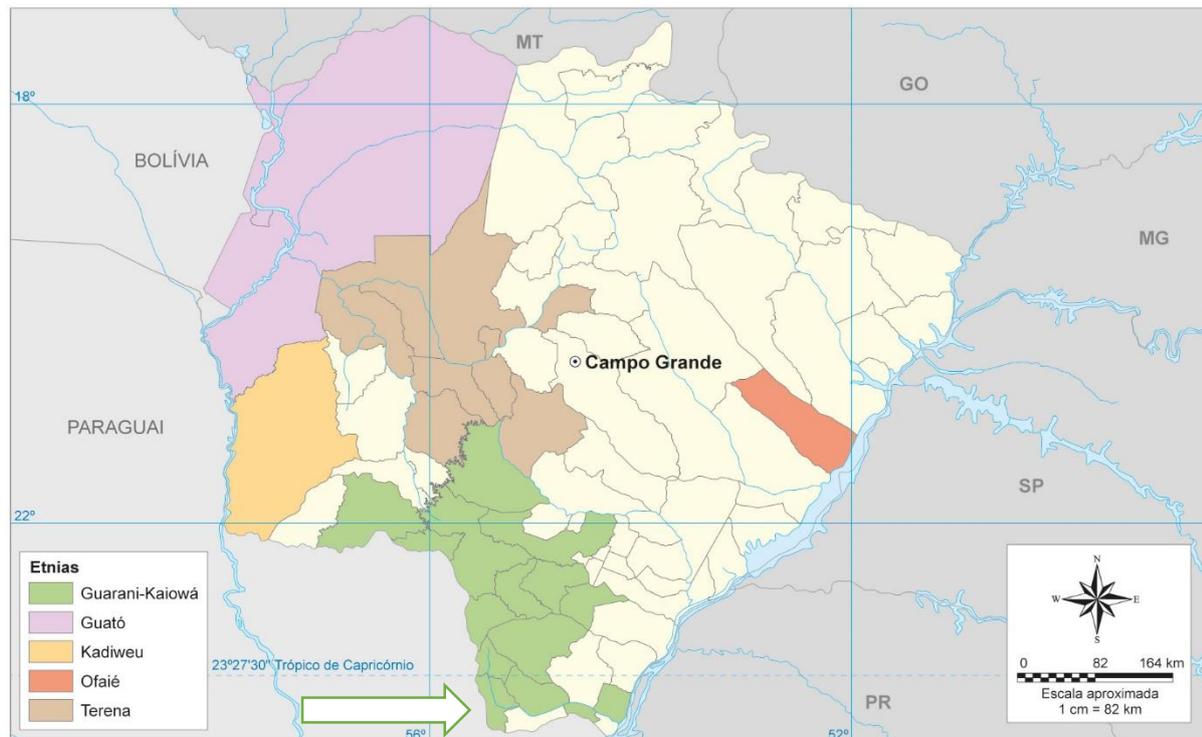
[...]em Mato Grosso do Sul vivem os Kaiowa e os Guarani Nhandeva. É muito comum ouvir pessoas de vários meios sociais, incluindo a imprensa, acadêmicos e governos, referirem-se a estes grupos como sendo Guarani-Kaiowa, conotando a ideia de que os Guarani Nhandeva e os Kaiowa são um mesmo grupo étnico. No entanto, somente os Nhandeva é que se autodenominam como Guarani. De fato, o que se tem são dois grupos distintos que frequentemente, a contragosto, são tratados como se fossem um. A única exceção para isso está em seu uso político. Quando é politicamente interessante, como expressão de uma luta comum, as lideranças utilizam o designativo Guarani Kaiowa. (CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Tese - Assis, SP: UNESP, 2013, p.21)

A presença histórica desses povos na região é bastante antiga. Segundo Cavalcante, os Guarani e Kaiowá, ocupam um território tradicional que

“[...] localiza-se pelo menos entre toda a região do Rio Apa, Serra de Maracaju, dos rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a da fronteira com o Paraguai, mas já há referências de Kaiowa localizados em outras regiões, como na bacia do Rio Miranda, por exemplo”. (CAVALCANTE, 2013, p. 22).

Observando a figura 2 poderá compreender melhor essa localização.

Figura 2: Municípios com áreas indígenas por etnia em Mato Grosso do Sul



Fonte: Blog Mato Grosso do Sul História e Geografia. Disponível em <http://mato-grosso-do-sul-historia-geografia.blogspot.com.br/2015/09/a-populacao-indigena.html>

A presença da Companhia Matte Larangeira e o surgimento das “reservas”

Após a Guerra do Paraguai, foi criada uma comissão para fazer a demarcação definitiva das fronteiras entre Brasil e Paraguai e nesse grupo encontrava-se Thomaz Larangeira, que percebendo a enorme quantidade de erva mate nativa na região, pediu ao governo brasileiro autorização para sua empresa, a Matte Larangeira arrendar as terras e explorar os ervais.

É importante que você saiba que no entendimento dos Guarani e Kaiowá, essa fronteira separando os territórios desses dois países não existia, assim, os índios transitavam entre esses espaços como se fossem apenas um.

A Companhia Matte Larangeira recebeu entre 1882-1942, a concessão para explorar o ervais nativos, justamente em uma área que abrangia terras dos Guarani e

Kaiowá, incluindo Paranhos. Essa companhia utilizava muita mão de obra paraguaia e também indígena na exploração da erva e exportava quase toda a produção para a Argentina.

Constituição é o conjunto de leis, normas e regras de um país, que limita os poderes e define os direitos e deveres das pessoas.

Pela Constituição de 1891, no início do período Republicano no Brasil, as terras passaram para a responsabilidade dos estados que tinham inclusive o poder de vendê-las. Em Mato Grosso, houve muitos grupos e pessoas que foram beneficiadas por políticos que comandavam o estado. A então Constituição, não mencionava nenhum direito aos povos indígenas que continuaram excluídos e sem direitos.

As terras em que viviam os indígenas foram consideradas devolutas, sendo vendidas pelo estado do Mato Grosso sem considerar a presença, nem o direito desses povos sobre as terras que habitavam.

Terras devolutas são terras públicas, ou seja, que pertencem ao Estado e não a particulares.

O governo brasileiro estava interessado que se ocupasse o “extremo vazio” do interior do nosso país, principalmente as regiões de fronteira, pois ocupá-las era muito importante para garantir a posse dessas terras recém demarcadas após a guerra com o Paraguai.

A região era vazia sem levar em conta a presença maciça de indígenas que há séculos já habitavam as terras da região.

O SPI ou Serviço de Proteção ao Índio, foi criado em 1910 e extinto em 1967 dando origem a Fundação Nacional do Índio ou FUNAI.

Para poder retirar os índios de suas terras para que fossem vendidas e liberadas para a entrada de colonizadores, o governo, com a ajuda do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criou na região, oito áreas para “confinamento” de índios Guarani e Kaiowá, chamadas de “Reservas”. Uma delas fica em Paranhos, trata-se da Pirajuí, criada em 1928.

Com o tempo, esses territórios foram tornando-se pequenos e insuficientes para comportar a grande quantidade de indígenas que foram confinados nelas. Não havia preocupação do SPI ou do governo se essas terras seriam suficientes para esses povos futuramente, tratava-se de tirá-los do caminho, abrindo assim espaço para a colonização da região, colocando-os sob o controle do Estado e tornando-os mão de obra barata.

Infelizmente, também não foi considerada a diversidade étnica dos Guarani e Kaiowá, colocando-os muitas vezes nas mesmas reservas, sem respeitar suas diferenças, pois do ponto de vista do governo e sociedade da época e não muito obstante ainda hoje, o índio em nosso país era visto como parte de único povo, não levando em conta suas peculiaridades culturais, religiosas e linguísticas.

Reservas x Aldeias

Existe diferença entre reserva e aldeia indígena. Segundo o pesquisador Antonio Brand, as Reservas foram áreas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928, no qual houve um processo de confinamento de indígenas nessas áreas. Já as aldeias consistem num espaço onde “[...] efetivamente, o espaço onde se fundem terra, território, subsistência, relações sociais e festas religiosas” (BRAND, Antonio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra**. Tese de doutorado – Porto Alegre, RS: PUC, 1997. p.24).



Comemorações do Dia do Índio. Reserva da Pirajuí em 2018. Acervo da SEMEC de Paranhos.

A Campanha Marcha para o Oeste e o impacto da chegada dos colonizadores na vida dos Guarani e Kaiowá em Paranhos

Na década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, ocorreu uma campanha chamada de Marcha para o Oeste, que visava a ocupação do interior do país e as regiões de fronteira. Por isso foram criados no sul do estado de Mato Grosso, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND e o território Federal de Ponta Porã, do qual Paranhos fazia parte.

Aos poucos esses projetos de colonização foram impactando de diversas maneiras a vida dos Guarani e Kaiowá que viviam nessa região da fronteira. Principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950 com o estabelecimento das fazendas para a criação de gado. A exploração madeireira foi abrindo clareiras, que logo em seguida se tornariam propícias para a prática da pecuária e a presença dos indígenas nessas áreas passou a incomodar cada vez mais, principalmente os donos de grandes propriedades rurais. Foram diversos os conflitos entre os dois grupos, e muitas vezes extremamente violentos.



Aldeia Ypo'i em 2018. Os indígenas desse local ainda lutam para ter suas terras reconhecidas pelo Estado.

Acervo SEMEC

Em Paranhos, a colonização se intensificou a partir dos anos 1960 e 1970, também com a exploração madeireira e a criação de gado. Nesse período também ocorreu a chegada de dezenas de famílias de migrantes paranaenses, atraídas principalmente pela madeira abundante no Paraguai, conforme já estudamos no capítulo 3.

No final da década de 1960, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, iniciou a regularização das terras dos posseiros na chamada “Gleba Paranhos”, que incluía áreas tradicionalmente indígenas. Isso levou-os à um processo de retomada das terras do tekoha Potrero Guaçu na década de 1990 e que resultou no reconhecimento oficial do Estado de que parte das terras na região da vila de Taquaperi eram tradicionalmente pertencentes aos indígenas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou INCRA, é um órgão governamental responsável pela regularização da posse das terras em território nacional.

O Tekoha

Para os Guarani e Kaiowá, as suas terras tem uma ligação profunda com a sua história, ancestrais, modo de vida, e com seu “tekoha”.

A pesquisadora Aline Crespe explica o significado de tekoha:

*Para a introdução, apresento o significado de tekoha, a partir da etimologia da palavra. Teko significa modo de ser e ha é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o teko, o modo de ser kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado de teko porã. (CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha.** Tese de doutorado – Dourados, MS: UFGD, 2015, p.25).*

Dessa forma, os impactos da colonização branca sobre esses povos indígenas não foram apenas sobre as suas terras, mas também em seu modo de vida próprio.



Tekoha Ypo’i em 2018. Acervo da SEMEC

Atividades:

Atividade 1: Os povos indígenas no Brasil

Pesquise os seguintes dados da população indígena no Brasil de acordo com o Censo de 2010 do IBGE

| | |
|--|--|
| Qual o número de indígenas? | |
| Quantas línguas são registradas? | |
| Quantas etnias? | |
| Qual a região do Brasil com o maior número de indígenas? | |

| | |
|---|--|
| Em 1500, quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram, qual era o número estimado de indígenas? | |
|---|--|

Atividade 2: Conhecendo mais sobre os povos indígenas paranhenses.

1) Em Paranhos, os indígenas se dividem em 5 aldeias ou terras indígenas. Quais são elas?

2) Os indígenas paranhenses pertencem a quais etnias?

3) Quais são os principais grupos étnicos em Mato Grosso do Sul?

Atividades:

1) Vimos que no início do século passado foram criadas na região 8 reservas indígenas, uma delas fica em Paranhos, trata-se da Pirajuí criada em 1928. Qual o objetivo do governo juntamente com a ajuda do SPI em criar essas reservas?

2) Por que o confinamento nas reservas afetou tanto a vida dos indígenas?

3) Vimos que pela Constituição de 1891, no início do período Republicano no Brasil, as terras passaram para a responsabilidade dos estados que tinham inclusive com o poder de vendê-las. De que maneira isso afetou os povos indígenas em Mato Grosso?

Sugestão de filme: Índios no Brasil**Sinopse**

Ao aprender a história do Brasil, muitas vezes a população indígena é retratada com discriminação, como um povo relacionado a atraso, preguiça e selvageria. Com isso, o contexto atual dessas etnias acaba ficando de lado. Neste episódio, integrantes das tribos Krenak (MG), Kaxinawá (AC), Ashaninka (AC), Yanomami (RR), Pankararu (PE) e Kaingang (SC) conversam sobre o assunto, mostrando seus pontos de vista sobre a forma que são tratados na sociedade.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QQA9wuGgZjI>

Capítulo 5

O Forte do Iguatemi e as origens de Paranhos

Você sabe o que é um forte? Ele é uma estrutura utilizada para a defesa e proteção de inimigos no caso de invasões. Sabia que aqui já existiu um muito famoso, conhecido como Forte do Iguatemi, um dos mais antigos construídos no estado? Hoje resta muito pouco sobre ele, fica na aldeia Paraguassu, onde também existe uma trincheira conhecida como Kue! Vamos conhecer mais sobre essas histórias?

Houve uma época quando ainda nem existia Paranhos, nem Ipehuma, em que tentou-se povoar essa nossa região. Isso foi no século XVIII, no período colonial, quando o Brasil ainda pertencia a Portugal.

Período Colonial corresponde a uma época em que o Brasil era colônia ou seja, pertencia a Portugal. Isso entre 1500 até 1822.

Isso porque naquela época, Portugal e Espanha controlavam boa parte das terras do nosso continente, principalmente a América do Sul e por diversos tratados foram dividindo essas terras. O primeiro foi o de Tordesilhas (1494), depois o de Madri (1750) e por último o de Santo Ildefonso (1777). Em cada um deles, portugueses e espanhóis buscavam definir as fronteiras de suas colônias sul americanas, como você pode observar na figura 2.

Pensando nisso, os portugueses construíram vários fortes ao longo das fronteiras, eles tinham a missão de proteger o território em caso de invasão castelhana. Um deles ficava na região onde hoje encontra-se Paranhos, nas terras que pertencem à aldeia Paraguassu.

Seu nome oficial era Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, mas ficou mais conhecido pelo nome de Forte do Iguatemi. Além dele, foram criados outros onde atualmente é nosso estado, na época província de Mato Grosso, como o de Coimbra (1775), Corumbá (1778) e Miranda (1797).

Antes de ser estado, Mato Grosso era uma província.

Figura 1: Forte de Coimbra



Forte de Coimbra em Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2017.

Fonte: Site Corumbá Travel. Disponível em <http://corumba.travel>

Figura 2: Tratados de limites que estabeleceram as fronteiras do Brasil entre 1494 a 1801



Fonte: Blog do Sanderlei. Disponível em <http://sanderlei.com.br/>

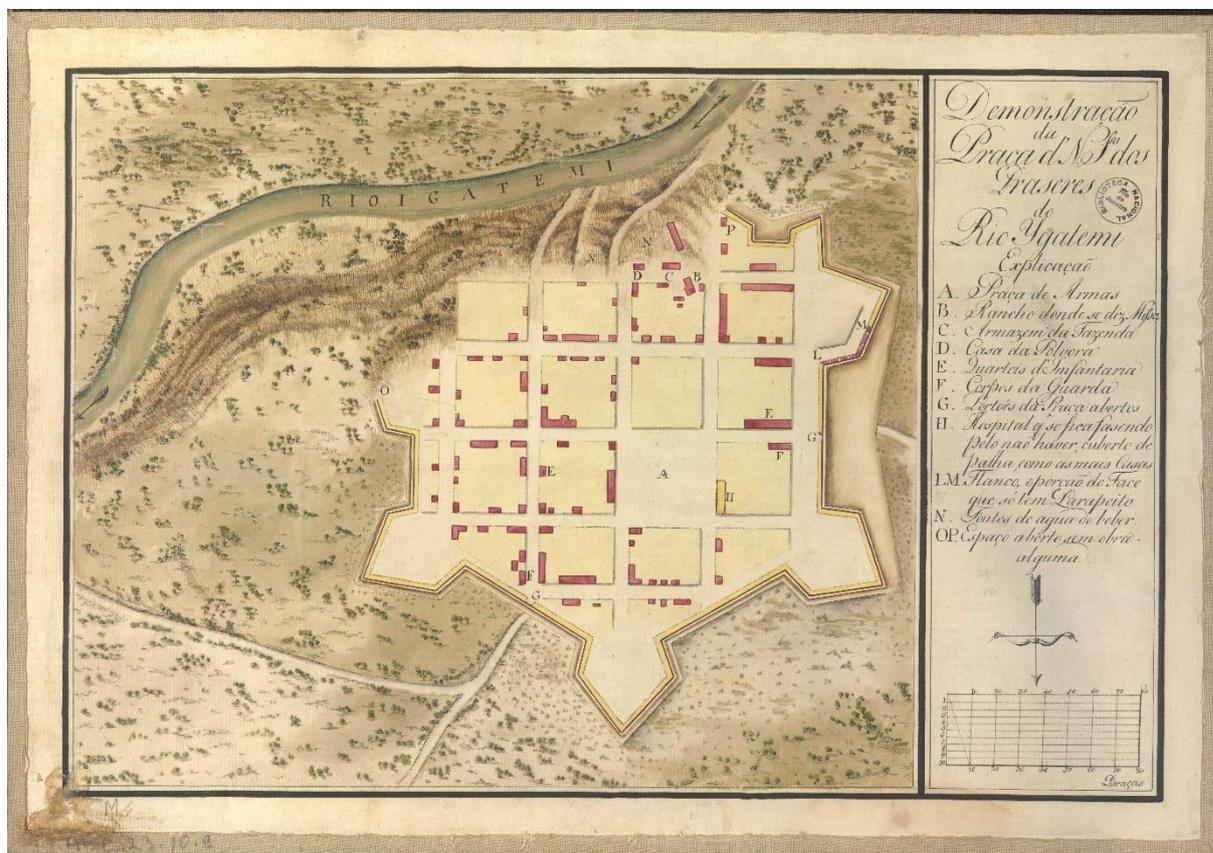
O Forte do Iguatemi foi criado na margem esquerda do rio Iguatemi, aquele primeiro rio bem grande que a gente passa quando sai na rodovia MS 295. Isso porque ficava em um ponto estratégico para tentar conter o domínio espanhol nessa região.

Que possui seis ângulos e seis lados.

O projeto do forte tinha um formato hexagonal e suas obras de construção tiveram início há muito tempo, no ano 1767, mas o projeto nunca ficou pronto, como podemos observar na figura 3. Isso porque tudo era muito difícil, principalmente por causa da distância e das dificuldades de acesso à capitania de São Paulo, o que podemos perceber na figura 2.

Como naquela época não existiam automóveis, todo o percurso da capitania de São Paulo até o forte, era feito a pé ou por rios, principalmente pelo Tietê, Paraná e Iguatemi e a viagem durava semanas. Imagina só, fazer uma viagem dessas tão longe carregando ainda armamentos, equipamentos, alimentos entre outros itens que eram importantes para o funcionamento do forte, não devia ser nada fácil.

Figura 3: Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi



O Forte do Iguatemi chegou a ter mais de 300 moradores, mas tinha capacidade para muito mais. No começo serviu de presídio. Mas depois foi elevado à categoria de vila em 1771, transformando-se no mais antigo povoado dessa região que hoje é o sul atual Mato Grosso do Sul.

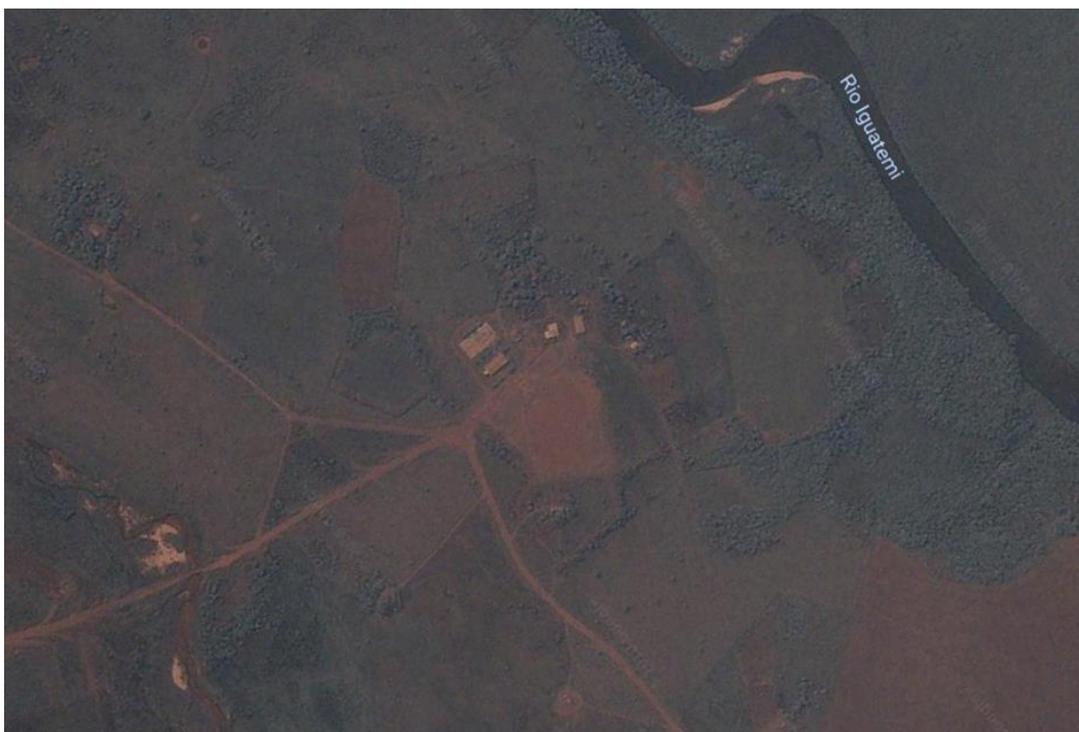
Como o forte nunca foi acabado, e como ficava isolado, ou seja, longe de outros povoados, e como viviam poucas pessoas nele, não oferecia nenhum tipo de proteção e nem resistência aos possíveis ataques. Além disso, as pessoas sofreram muito com doenças, miséria e até a fome. Foram atacados pelos indígenas Kaiowá que já vivem na região e queimaram parte das construções, logo depois, após um ataque de cerca de 3 mil castelhanos, o forte não resistiu.

Ruínas são restos de construções que desmoronaram ou que foram destruídos pelo tempo.

Nem os portugueses, nem os espanhóis tiveram interesse em manter o Forte do Iguatemi. Por isso ele ficou abandonado, foi desaparecendo e caindo no esquecimento e hoje só existem algumas ruínas dele na aldeia Paraguassu, como podemos observar na figura 4.

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, a região passou a pertencer efetivamente ao governo português e a reconstrução do forte não se fez mais necessária.

Figura 4: Imagens de satélite das ruínas do Forte de Iguatemi em 2018



Fonte: Google Earth

A Trincheira Kue e a aldeia Paraguassu

Na aldeia Paraguassu, além das ruínas do Forte do Iguatemi, encontra-se também uma enorme cratera conhecida como Trincheira Kue. Você já ouviu falar dela?

Trata-se de uma gruta que faz parte da aldeia. Trincheira Kue no guarani do Paraguai, significa ex – trincheira, mas os Kaiowá da Paraguassu, a chamam de Yvy (terra), kua (buraco) e rusu (grande) ou Yvykuarusu, que aliás é o nome oficial da aldeia.

Essa trincheira foi utilizada pelos espanhóis durante a invasão ao forte e depois pelos soldados durante a Guerra do Paraguai. São famosas as histórias entre os indígenas, como a suposta existência de ouro, tesouros e muito mistério.

Apesar de toda sua importância histórica, esse lugar ainda é pouco conhecido e estudado. Muitas pessoas de Paranhos nem conhecem a existência e a história da trincheira e do Forte do Iguatemi. Mas como lá a área é terra indígena, é importante saber que é preciso pedir uma autorização do capitão, que é o líder responsável pela aldeia, para visitar e conhecer o local.

Atividades:

Atividade 1: Como viviam no Forte do Iguatemi

Em suas pesquisas sobre o forte do Iguatemi, a pesquisadora Ana Maria do Perpétuo Socorro dos Santos, descobriu detalhes muito interessantes sobre como era a vida no local. Vamos observar no trecho abaixo:

“[...] a igreja estava desprovida de qualquer ornamento e era fabricada com parede de mão, e o telhado era de casca de palmito. As casas, construídas da mesma forma, tinham o teto de capim. Havia duas fontes de boa água. Ao redor do presídio havia abundância de animais nos campos circundantes – antas, emas, perdizes, veados-brancos -, a qualidade e o sabor das frutas silvestres, a fertilidade das terras, onde tudo quanto se plantava”. (SANTOS, Ana Maria do Perpétuo Socorro. **O Forte do Iguatemi: um atalaia do Império Colonial e Trincheira da memória dos índios Kaiowá da Paraguassu.** Dissertação - Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.56).

- 1- De acordo com o texto, como era a vida das pessoas que viviam no Forte do Iguatemi? Você acha que era luxuosa?

2- O texto diz que naquela época havia muitos animais. Você conhece algum deles? Eles ainda são encontrados aqui na região de Paranhos?

Atividade 2: Trabalhando com a contagem do tempo

✓ Interdisciplinar com a Matemática

Você estudou que o Forte do Iguatemi foi construído em 1767, isso foi lá no século XVIII. Você sabe quanto tempo dura um século?

Como a História se interessa pelos acontecimentos ao longo do tempo, e tem coisas que aconteceram há muito tempo atrás, utilizamos sempre as expressões anos, décadas, séculos e milênios para cada período de tempo.

1- Pesquise a duração de:

| | |
|---------|--|
| ANO | |
| DÉCADA | |
| SÉCULO | |
| MILÊNIO | |

2- Se o Forte Iguatemi foi construído em 1767, quantos anos já faz que isso aconteceu?

3- Em qual século estamos?

Atividade 3: Trabalhando com documentos

✓ Interdisciplinar com a Língua Portuguesa

O Brigadeiro* Jozé Custódio de Sá e Faria, foi enviado em 1774 para ficar responsável pelo Forte do Iguatemi. Em 28 de janeiro de 1775, enviou uma carta pedindo ajuda ao presidente da capitania de São Paulo. Nela ele demonstra preocupação com a falta de proteção do forte, com a ameaça de ataque dos castelhanos e solicita mais soldados. Além disso, pede ajuda por alimentos e outros itens muito importantes para a sobrevivência da população do forte.

Abaixo, temos um trecho original dessa carta e ao lado o transcrevemos. Observe que o texto tem muitas palavras diferentes, isso porque a nossa língua, que herdamos dos portugueses, passou por muitas mudanças ao longo do tempo.

Capítulo 6

A Vila de Taquaperi

Você conhece a vila de Taquaperi? Sabia que houve um tempo que ela maior do que Paranhos? Lá tinha serrarias, escolas, farmácia e até sorveteria em uma época em que Paranhos ainda não! Vamos conhecer um pouco mais sobre essas histórias?

A vila de Taquaperi é um pequeno e antigo povoado aqui do município onde atualmente residem cerca de 65 famílias e encontra-se à pouco menos de 10 quilômetros da cidade de Paranhos.

Houve um tempo em que tinha muita gente morando lá, o lugar era bem movimentado por causa da erva-mate e das madeireiras. Tanto que Taquaperi era maior que Paranhos. Mas isso já faz alguns anos, mais de 30!



Alunos de Taquaperi na década de 1970, ao fundo a escola antiga.

Acervo da professora Erna Penner

É difícil saber quando surgiu a vila de Taquaperi. Alguns moradores de Paranhos, relataram que o lugar é bem antigo, um deles é a dona Aparecida que nasceu naquela região, hoje com 84 anos, ela nos contou que seus avós vieram do estado do Rio Grande do Sul, não sabe em que ano eles chegaram, mas que vieram porque estavam fugindo de uma guerra.

Dona Aparecida: Então, eu nasci naquela região de Taquaperi ali. [...]Meu pai é de descendência do Rio Grande, dos gaúchos [...] a minha tia me contava que eles vieram pra cá foragido da guerra, eu aquele tempo tinha 7, 8 anos.

Muitos gaúchos fugiram de uma guerra lá no Rio Grande do Sul, conhecida como Revolução Federalista (1893) e vieram para o sul da província de Mato Grosso em busca de outros locais para sobreviverem, principalmente locais onde a terra era farta, como era o caso dessa região na qual encontra-se Paranhos.

Esses migrantes vinham em comitivas pelo Paraguai e entravam no Brasil por diversas localidades, entre elas Paranhos, na época conhecido como povoação de Ipehum. Muitos deles seguiam caminho para outras regiões da província, entretanto, tudo indica que alguns teriam permanecido nessa região, como é o caso da família da Dona Aparecida.



Meninos em Taquaperi durante os anos 1970.

Acervo da professora Erna Penner

Alguns depoimentos relataram que durante a década 1970, a vila de Taquaperi era muito maior e mais movimentado do que o distrito de Paranhos, isso ficou evidente no trecho abaixo, quando nosso entrevistado, o seu João, um migrante paranaense, descreveu suas primeiras impressões do povoado, quando por ele passou, de

mudança com sua família, a vila de Taquaperi era ponto de passagem a caminho de seu destino Ypejhu, no Paraguai:

Seu João: Pelo menos quando *nós passamos* com a mudança, ela já era uma vilinha boa, bem mais, parecia [...] ser mais uma vila do que ali (*Paranhos*), porque lá, quando *vinha* de lá *para cá*, entrava lá em Taquaperi e saía de novo na estrada ali. Era um casa atrás da outra, tinha serraria, tinha comércio [...] era bem desenvolvido, dez vez mais que Paranhos.

Percebemos que chamou a atenção do seu João, o fato de que Taquaperi era bem mais desenvolvida que o núcleo urbano de Paranhos. Enquanto este possuía algumas dezenas de casas, a vila possuía número superior de moradores, escola, igreja, madeiras, farmácia, sorveteria, sendo bastante movimentada. Isso fica ainda mais evidente, quando o mesmo entrevistado juntamente com sua esposa, a dona Alice, descrevem como era Paranhos na época que chegaram:

Dona Alice: aqui era só um miolinho assim.

Seu João: [...] aqui essa quadra ali, a quadra da creche, ali da escola, era mato, não tinha uma casa, aqui também era puro mato, então graças a Deus [...] a cidade desenvolveu um pouco, só que deu um nó lá no Taquaperi e desenvolveu ali e lá acabou.

Fica evidente também que com o tempo houve uma inversão no processo de desenvolvimento desses dois povoados. Isso ocorreu a partir da década de 1980, com a intensificação da exploração madeira no Paraguai, conforme estudamos no capítulo 3. Essa atividade passou a atrair cada vez mais migrantes paranaenses que se instalavam no núcleo urbano de Paranhos, que era por onde a madeira oriunda de Ypejhú entrava em território brasileiro.

Dessa forma, vimos que o distrito foi crescendo tanto em economia, quanto em população, obtendo por consequência subsídios para sua emancipação do município de Amambai em 1987. Entretanto, a vila de Taquaperi não acompanhou esse mesmo desenvolvimento.

Soma-se também à essas questões, a demarcação da aldeia Potrero Guaçu em parte das terras próximas à vila nos anos de 1990, levando dezenas de famílias a serem reassentadas em outra localidade do município. Foram mudanças significativas que aos poucos foram impactando economicamente o local, levando muitas pessoas a se mudarem em busca de melhores condições de vida.

De posseiros a proprietários das terras

A maioria das famílias que moravam nos arredores da vila de Taquaperi eram posseiros há muito tempo, ou seja, não tinham a documentação para comprovar que eram proprietários de suas terras, por isso havia a necessidade de regularizar essa situação.

Na década de 1960, o INCRA iniciou a demarcação das terras da Gleba Paranhos onde encontravam-se cerca de 1.200 famílias, entre elas ocupantes de 200 lotes rurais e 1.000 lotes urbanos, incluindo os dois núcleos urbanos de Paranhos e Taquaperi.



Fanfarra em Taquaperi nos anos 1980, ao fundo a escola nova.

Acervo da professora Erna Penner

Havia urgência que se regularizassem essas terras, pela sua localização em área de fronteira e por causa das tensões sociais que ocorriam há tempos, pela falta de titulação que também dificultava o acesso dos agricultores a financiamentos que poderiam contribuir para o aumento da produção agrícola.

Também era solicitado junto ao INCRA, que as terras de pequeno e médio porte, fossem destinadas a agricultores sem terras ou pequenos agricultores, buscando enquadrá-los em lotes de modelo familiar. Entretanto, é importante ressaltar que esse caso se restringia ao caso da Gleba Paranhos, pois o restante das terras do distrito na época, já se constituía há muito tempo em grandes propriedade rurais.

Isso porque, a maioria dos lotes em mãos desses posseiros eram pequenas propriedades rural, o que popularmente chamamos de sítios e chácaras. Por isso o processo para obtenção do título definitivo da propriedade daqueles que já eram ocupantes, seria mais rápido. Sendo assim, em 1981 o assentamento foi aprovado, regularizando então essas terras, realizando o sonho de muitos agricultores que encontravam-se na condição de posseiros.

Uma década após a regularização das terras da Gleba Paranhos, grupos indígenas ocuparam e reivindicaram parte das terras próximas à região de Taquaperi. Mediante os estudos antropológicos de Rubem Thomaz de Almeida, ficou comprovado que 56 dos lotes da Gleba Paranhos, próximas a Taquaperi, bem como parte de algumas fazendas, de fato eram terras tradicionais indígenas. Isso resultou na demarcação das terras do tekoha Potrero Guaçu, e conseqüentemente no reassentamento desses agricultores na Cabeceira do Rio Iguatemi em outra localidade do município de Paranhos

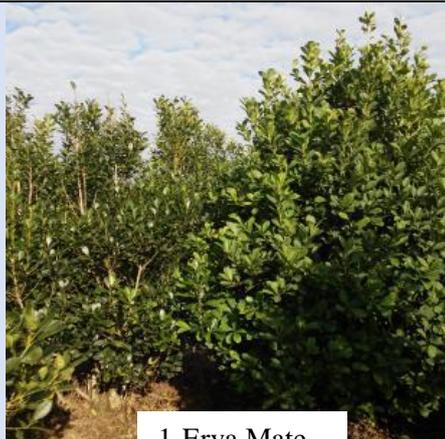
A exploração da erva – mate

A exploração da erva-mate constituiu uma das primeiras atividades econômicas desenvolvida em Taquaperi e durante muito tempo, foi a principal. Um de nossos entrevistados, um antigo morador da região nos explicou que:

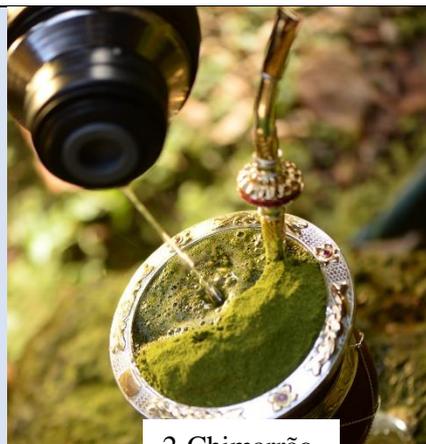
Seu Pedro: Erva mate era um primeiro recurso, e [...] naquela época nosso recurso era só a erva mate, *dava* muito, meu vô que comprava *toda* a erva e entregava na cooperativa em Amambai.

Percebemos que a erva-mate teve uma importância econômica e histórica não apenas para Taquaperi, mas também para o distrito de Paranhos de um modo geral.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), é uma planta nativa da América do Sul. Pode ser consumida como chá mate (quente ou gelado), chimarrão ou tereré no Brasil, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Chile.



1-Erva Mate



2-Chimarrão



3-Tereré

Sua produção durante muito tempo era feita de forma artesanal. Você conhece essa planta? Faz ideia de como a erva para o chimarrão e o tereré eram produzidas?

O Projeto Carijo foi feito em parcerias no estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de resgatar as memórias sobre o preparo artesanal da erva-mate. No site do projeto encontra-se disponível um documentário e uma cartilha. Vale a pena conferir e aprender mais sobre o assunto!

Visite o site: <http://carijoofilme.blogspot.com/>

FILME O CARIJO



Documentário- 2014 – 60'

Este filme versa não exatamente sobre o chimarrão, mas sobre uma estrutura que serviu como o primeiro salto produtivo de produção da erva-mate. Mistura do conhecimento guarani com a ânsia pela larga escala acumulativa do imigrante branco, o carijo segue hoje como uma cultura de resistência – é a peça chave de uma produção essencialmente artesanal e de característica camponesa. Esse filme é parte integrante do Projeto Carijo – Herança do Conhecimento Ancestral na Fabricação Artesanal da Erva-Mate, contemplado no edital de Patrimônio Cultural Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além do filme foram produzidos uma cartilha sobre como construir um carijo e como produzir erva-mate artesanalmente e, também, um livro sobre esse tipo de produção. Confira:

CARTILHA

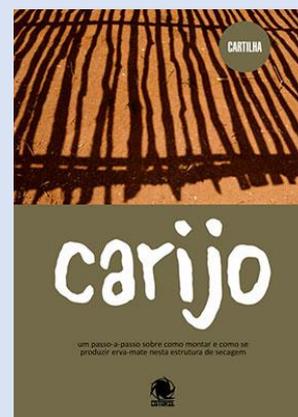
Endereços para acesso:

Cartilha: https://issuu.com/catarse/docs/carijo_cartilha_e36393cfbb9dba

Documentário: <https://coletivocatarseblog.wordpress.com/portfolio/carijo/>

ou <https://www.youtube.com/watch?v=B6eYnbNQV5o>

Fontes das imagens: 1 - https://www.embrapa.br/bme_images/thumb/121320040thumb.jpg
2 - <https://blog.rodeowest.com.br/curiosidades-rodeio/tipos-e-melhores-ervas-de-tereré-disponiveis-mercado/>
3 - <http://bombasfama.com.br/matear-faz-bem-confira-os-beneficios-do-chimarrao-para-a-saude/>

**Atividade 1: Tomando um mate**

Você gosta de tereré? E de chimarrão? Depois de assistirmos o documentário “carijó” podemos compreender todo o processo pelo qual a erva-mate passa até ficar pronta para o nosso consumo.

1) Em sua casa, qual dos dois é mais consumido, o tereré ou chimarrão?

.....

2) Quais são os momentos mais específicos do dia em que são consumidos?

.....

3) Quando se reúne com sua família ou amigos para tomar um chimarrão ou um tereré, sobre o que gostam de conversar?

.....

4) O que seria a famosa roda de tereré em Mato Grosso do Sul?

.....

.....

Atividades:

1) Vimos que houve um tempo em que a vila de Taquaperi era maior que o povoamento de Paranhos. Por quais razões isso aconteceu?

.....

.....

2) Quando seu João passava de mudança pela primeira vez na vila de Taquaperi, quais foram suas impressões sobre esse local?

.....
.....
.....

3) Com o tempo essa situação se inverteu, por que Paranhos acabou crescendo mais que Taquaperi?

.....
.....
.....

4) Por que grande parte dos moradores da Gleba Paranhos eram posseiros?

.....
.....
.....

Material de apoio para os professores

Prezado professor, nessa seção encontram-se algumas orientações com relação aos conteúdos e atividades da cartilha.

Capítulo 1 – Para que estudar História?

Objetivos:

- ✓ Compreender o significado da História relacionando-a não como apenas como o estudo do passado, mas como uma ciência que estuda as ações e o processo de mudanças e de permanências da sociedade humana;
- ✓ Compreender que História não é composta apenas por nome e datas, mas por acontecimentos e suas influências, diferente da concepção da História Oficial;
- ✓ Entender o conceito de História Local, para que assim possam perceber que tudo que os cerca possui uma história, que está de alguma maneira encontrada vinculada à outras, como a do nosso estado, do nosso país e de outras partes do mundo.
- ✓ Identificar o que são fontes históricas, relacionando-as como os vestígios que nós seres humanos produzimos, incluindo os próprios alunos;
- ✓ Entender que ao estudarmos o passado histórico de alguma sociedade, como é o caso da paranhense, a comparação entre passado e presente se faz necessária, mas devemos tomar certos cuidados como evitar julgamentos, pois cada época possui características próprias.

TEXTO DE APOIO:

Para que estudar História é uma pergunta muito importante para se fazer e discutir com os alunos e não importa o ano escolar. Na maioria das vezes, as respostas estão sempre ligadas ao “estudo do passado”, pois o conceito de História possui uma relação estreita com o passado. No entanto, o passado é objeto de estudo da ciência histórica, o que não significa o mesmo que dizer que a história é o estudo do passado.

Utilizamos nesse trabalho um conceito do historiador francês Marc Bloch, que preferia defini-la como a “[...] ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p.55), pois a história se interessa pelas ações, transformações e as permanências que se estabeleceram ao longo do tempo, essencial para a compreensão do presente. Esse é o nosso objetivo nesse material, fazer com que os alunos, mesmo que em sua maioria crianças, percebam que todo passado tem uma ligação com o presente.

Em pleno século XXI, o universo tecnológico e virtual apresentam-se muito mais atraentes aos alunos do que as relações históricas estabelecidas ao longo do tempo. Os meios de comunicação veiculam novos acontecimentos o tempo todo, e geralmente o fazem, sem relacionar com o passado, como se tudo que acontecesse fosse fruto do agora. Vivemos em um momento no qual se valoriza “[...] por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado” (NORA, 1993, p. 13).

É como se o presente não tivesse relação com o passado. Eric Hobsbawn, demonstrava preocupação com relação a isso, ao alegar que os jovens “[...] quase todos crescem em uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (HOBSBAWN, 1995, p.13). Hartog (2013), chamou de presentismo essa predominância do presente sobre o passado e o futuro.

As coisas não são ou estão assim por acaso, todo presente possui uma relação com um passado, estudá-lo é buscar entender o porquê de tantas mudanças, permanências, problemas, conquistas. É importante que os alunos percebam essa relação da História com suas vidas.

Por isso organizamos esse trabalho, pelo viés da História Local, por se tratar de questões relacionadas ao município, buscando assim atender as exigências do Referencial Curricular Municipal e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS, que preveem que o ensino de História para crianças se inicie por aquilo que é mais próximo da realidade delas, como a família, escola, bairro, município. De acordo com os PCNS, o ensino e a aprendizagem da história

[...] estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (BRASIL, 1997, p.39).

Circe Bittencourt (2008, p.114) também defende que a “[...] problematização do estudo histórico inicia-se sempre pelo local”. A história local tem se tornado cada vez mais necessária para o ensino “[...] por possibilitar a compreensão do em torno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência, que seria a escola, casa, comunidade, trabalho e lazer” (BITTENCOURT, 2008, p.168).

Rocha et al (2006), destaca a importância dos estudos históricos a partir do local, pois

[...] ao se enfatizar temas e objetos, espaços, indivíduos e costumes que podem ser reconhecíveis entre alunos que pertencem a um determinado sistema cultural, baseado em relações de vizinhança, contiguidade territorial e proximidade espacial, espera-se despertar, criar e ampliar o gosto pelo estudo da História” (p. 09).

Esse é um dos nossos principais objetivos, mas além despertar e ampliar o gosto pela História, também desejamos que percebam e compreendam a importância e a relação da história com suas vidas, e que isso possa contribuir para a formação de uma consciência histórica, que é definida por Rüsen (2001, p.57) como “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Assim, entendemos que esta consciência possibilitará que os alunos se percebam como sujeitos históricos, como parte de uma sociedade e que por suas ações, produz e modifica a história.

A consciência histórica é estabelecida ao longo dos anos, mas pode começar a se formar a partir do local onde o aluno vive, permitindo que ele se perceba como um sujeito histórico, consciente de seu papel na sociedade. Acreditamos que o contato com a história, ainda nos anos iniciais da Educação Básica é de suma importância para que isso ocorra ainda na infância, oportunizando as crianças a compreensão das mudanças e permanências das relações econômicas, sociais e culturais que as cercam, tão fundamentais para a compreensão da história.

Fontes Históricas

Para poder realizar suas pesquisas, o historiador utiliza-se de vestígios deixados pelo ser humano, é o que chamamos de fonte históricas. Para os alunos trouxemos alguns exemplos simples, mas é importante que eles não pensem que essas fontes são apenas coisas antigas, pois continuamos produzindo esses vestígios

diariamente e com o passar do tempo, elas também servirão de fontes para outros estudos.

Podemos citar como exemplos: cartas, cds, filmes, fotografias, revistas, livros, entrevistas, depoimentos, roupas, documentos, móveis, objetos, construções, ruínas, memórias e etc.

Por uma História que não seja a “oficial”

A princípio você pode até não entender o significado de História “oficial”, mas provavelmente a conhece. Ela foi durante muito tempo utilizada nas escolas e considerava a História como um feito de grandes personagens, como autoridades políticas, heróis, por grandes protagonistas, desconsiderando a participação das pessoas comuns, dos trabalhadores, agricultores, operários, das mulheres, dos negros, dos indígenas.

Além de evidenciar os nomes, também o fazia com relação às datas, principalmente as comemorativas, como se aprendê-las, decorá-las, fosse mais importante que conhecer os acontecimentos à elas vinculados.

Era comum ao se estudar a chegada dos portugueses ao Brasil, ouvir a questão: quem descobriu o Brasil? Pedro Álvares Cabral. Em que ano o Brasil foi descoberto? 1500. Não que a contagem do tempo não seja importante, muito pelo contrário, ela se faz necessária para a compreensão da História, mas não da forma como a história oficial faz.

A História é feita por todos, assim ainda utilizando o exemplo da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, há coisas muito mais interessantes a se discutir, como nossa terra não ter sido descoberta pelos europeus, pois os indígenas já viviam aqui e são considerados como povos originários e que essa ideia era utilizada justamente para desvalorizar esses povos. Outra questão que pode ser discutida é quais os interesses e os impactos da chegada dos portugueses em nossa terra? Quais as consequências para as populações indígenas?

Tentando seguir o exemplo acima citado, esse material utiliza o conceito de que a História é feita por toda e qualquer pessoa, por isso não citamos nomes de colonizadores, políticos, autoridades ou mesmo das pessoas comuns. Pois assim, quando representamos parte da história de Paranhos, pretendemos que os alunos

percebam que eles também são parte dela, bem como os membros de sua família, amigos e vizinhos, assim como também todas as pessoas da sociedade que o cerca.

Instruções para aplicação da atividade

Atividade 1: Elaborar um mural de fotografias e exposição de objetos antigos

Duração: duas aulas

Materiais: Fotografias e objetos antigos

Instruções: Professor, peça aos alunos trazerem de casa pelo menos uma ou duas fotografias que não sejam recentes (pode ser do próprio aluno ou de membros de sua família), pode ser elaborado com eles um mural dentro da própria sala de aula.

Peça para que tragam também objetos antigos (ex: celulares, ferro de passar à brasa, máquina de datilografia), ou que busquem junto à direção da escola alguns objetos (computadores, mimeógrafos, telefones antigos). Em seguida, faça uma exposição com estes também dentro da própria sala de aula.

Sugestões: Outras turmas podem ser convidadas a visitar a exposição e os próprios alunos da sala podem explicar,

Capítulo 2: Apresentando nosso município

Objetivos:

- ✓ Identificar a localização geográfica do município de Paranhos e seus limites territoriais;
- ✓ Conhecer dados populacionais e econômicos referentes ao município;
- ✓ Identificar a influência indígena e paraguaia em diversos setores da sociedade paranhense como alimentação, língua, costumes entre outros;

TEXTO DE APOIO:

O objetivo deste capítulo é apresentar o município de Paranhos tanto por meio de sua localização geográfica, quanto pela influência cultural que recebe pela enorme população indígena existente e por sua localização em uma região de fronteira com o Paraguai.

Paranhos está localizado no extremo sul do estado de Mato Grosso do Sul, em uma área de fronteira com o Paraguai conhecida como região “sul-fronteira”⁴. O município é caracterizado pela chamada “fronteira seca”, por não haver rios ou acidente geográfico natural que possa representar a separação entre o território dos dois países. Basta atravessar uma linha imaginária que se entra no distrito de Ypejhú, do lado paraguaio.

Seu nome homenageia José Maria Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, diplomata influente no processo de demarcação das fronteiras brasileiras no fim do século XIX. Esteve à frente da política externa brasileira entre 1902 a 1912, como Ministro das Relações Exteriores e “[...] Obteve sucesso em restabelecer o peso brasileiro no contexto internacional e, ainda, em criar um clima de concórdia com as nações vizinhas” (DORATIOTO, 2000, p.130).

Possui uma área territorial com 1.309,156 Km² e sua população é de aproximadamente 12.350 habitantes⁵, entre eles paraguaios, brasileiros indígenas e não indígenas. Consequentemente, o município possui uma imensa variedade cultural e linguística, que pode ser percebida em todos os lugares, incluindo o espaço escolar, que é o principal ponto de encontro desses grupos.

Mesmo com toda essa riqueza cultural, grande parcela da população sofre muito com a pobreza⁶. A economia é baseada principalmente na pecuária de corte, praticada em grandes propriedades rurais, e também no comércio local. A agricultura familiar representa um importante setor da sociedade paranhense e é praticada por pequenos produtores em chácaras e assentamentos, são assentamentos rurais

⁴ Além de Paranhos, também fazem parte os municípios de Sete Quedas, Tacuru, Coronel Sapucaia, Amambai, Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira e Antonio João. Fonte: Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (2015, p.83).

⁵ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>>. Acesso em 12/06/2017.

⁶ Em 2015, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 39 de 79 e 77 de 79, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1987 de 5570 e 4589 de 5570, respectivamente. Em 2014, tinha um produto interno bruto - PIB per capita de R\$ 9631.36. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 79 de 79. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 3645 de 5570. Em 2015, tinha 86.2% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 26 de 79 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 2932 de 5570. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (I) 0,588, ocupando a 77ª posição entre os 79 municípios sul mato-grossenses. Fonte: Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE

criados a partir do final dos anos 1980, como o São Cristóvão, o São José do Jatobá, Beira Rio, São Vicente de Paula Silva, Cabeceira do Rio Iguatemi e também nas terras indígenas⁷: Arroio Corá, Sete Cerros, Paraguassú, Potrero Guassú, Pirajuí e Y'poi. Y'poi ainda não foi oficialmente reconhecida pelo Estado, como terra indígena.

Apesar de ser um jovem município em termos de emancipação política, ocorrida em 1987, alguns decretos do estado do Mato Grosso e algumas pesquisas voltadas para a história do sul de Mato Grosso do Sul, apontam que sua história não é recente. Entre os decretos, podemos citar os de concessão para a Companhia Matte Larangeira explorar a erva-mate no final do século XIX. Entre as pesquisas, podemos citar a de Santos (2002) sobre o “Forte Iguatemi”, criado na segunda metade do século XVIII, quando houve a primeira tentativa de colonização da região por parte do governo português, e a de Fabrini (1995), que menciona sobre Paranhos em seu primórdios, ao relatar sobre a entrada de migrantes gaúchos na região sul do estado, oriundos da Revolução Federalista no final do século XIX, que atravessavam o Paraguai e entravam no Brasil por diversas localidades, entre elas o povoamento de Ipehum⁸.

Os trabalhos desses pesquisadores e também os de Cavalcante (2013), Brand (1997), Foweraker (1977), Bittar (2009), Lenharo (1977), Fachin (2015), Albanez (2003), nos ajudaram a pensar sobre como se desenvolveu a colonização e ocupação da região na qual Paranhos está inserido, um processo iniciado no final do século XIX, com a concessão do governo brasileiro, para a exploração da erva mate nativa, pela Companhia Matte Larangeira⁹, que utilizava como mão de obra paraguaios e indígenas que habitavam a região (BRAND, 1997).

Nesse mesmo período, temos também a chegada das “frentes de expansão”, por meio da vinda “espontânea” de imigrantes paraguaios e migrantes gaúchos que

⁷ TI ou terra indígenas tradicionalmente ocupadas, são aquelas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto nº 1775/96. Fonte: FUNAI

⁸ O Patrimônio de Paranhos, antigo Ipehum, foi criado pelo decreto Nº 494 de 20 de fevereiro de 1926. Até então, tanto o povoamento do lado brasileiro, quanto o do lado paraguaio possuíam o mesmo nome. O distrito paraguaio que faz fronteira com Paranhos, ainda hoje mantém o nome de Ypejhu, que em guarani significa “pato preto”.

⁹ A Companhia Matte Larangeira, pertencia a família de Thomaz Larangeira, que como membro da comissão que estabeleceu os limites das fronteiras brasileiras, após a Guerra do Paraguai, percebeu a grande quantidade de Erva Mate nativa na região, obtendo do governo Federal por meio do decreto Nº 8799/1882, o arrendamento das terras da região para a exploração da mesma. (ARRUDA, 1997; ALBANEZ, 2003).

“[...] tensionados por dificuldades econômicas desbravavam terras novas em busca de garantir o próprio sustento” (ALBANEZ, 2003, p.48 e 49). Tratavam-se de trabalhadores que vieram em busca de terras para a sobrevivência, tornando-se posseiros, recebendo esse nome porque suas terras não eram adquiridas mediante compra, mas por ocupação, pois “[...] o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central é a do ocupante ou posseiro” (MARTINS, 1975 p. 46).

Na década de 1930, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas (1930- 1945), foi instituída a política econômica da Marcha para o Oeste, “[...] que se propunha não só garantir a efetiva integração nacional, mas povoar e explorar as imensas áreas ‘desertas’ do país” (BITTAR, 2009, p.252, 253), como era o caso do sul do então estado de Mato Grosso¹⁰. A autora ressalta “desertas”, pois não era considerado o fato de que milhares de indígenas vivessem nessas áreas. Também sobre isso Fachin, salienta que o projeto colonizador, “[...] desconsiderava os povos indígenas que habitavam esse território, de acordo com seus modos próprios de existência. [...] a dinâmica das populações nativas não foi considerada como produtora e geradora de riquezas” (FACHIN, 2015, p.46).

Foi nesse contexto que surgiram na região as “frentes pioneiras”. Elas tinham objetivos econômicos e portanto, não se tratava mais da chegada de migrantes que se tornavam posseiros, mas de pessoas que vinham pela compra da terra, pois “[...] o ponto chave na implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra [...] a terra não é ocupada, é comprada” (MARTINS, 1975, p.47).

Segundo Albanez (2003), as décadas de 1940 e 1950, podem ser caracterizadas como um período de transição, nele “[...] convivendo elementos de frente de expansão e de frente pioneira quando do desfecho, os últimos ganhariam hegemonia e imprimiriam nova configuração socioeconômica à região” (p.51).

É dentro desse contexto da chegada das frentes pioneiras no sul de Mato Grosso que dedicamos a maior parte dessa pesquisa sobre a história de Paranhos e como elas modificaram as relações socioeconômicas nesse local.

¹⁰ Pela lei complementar nº 31, no dia 11 de outubro de 1977 foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-se do estado de Mato Grosso.

Instruções para a atividade: Identificando minhas origens

- ❖ **Professor, esse tema vem ao encontro com parte das especificações da Base Nacional Comum Curricular com relação ao contexto das questões históricas relativas às migrações.**

Conhecer nossas origens é um importante passo para a formação de nossa identidade. Compreender de onde viemos e também nossas famílias, nos ajuda na compreensão desse nosso primeiro convívio em sociedade.

Em família, adquirimos com nossos pais, avós e outros parentes, diferentes costumes como a alimentação, o uso de outras línguas, hábitos religiosos e culturais.

Vivemos em um município em região de fronteira com o Paraguai, onde nossa população é composta por um grande número de indígenas e muitas pessoas que vieram de outros lugares do Brasil. Cada uma dessas pessoas tem uma história de vida, traz consigo, diferentes costumes e tradições.

Portanto, adquirimos forte influência paraguaia, indígena, gaúcha, paranaense e paulista. Podemos perceber isso o tempo todo nas casas, estabelecimentos comerciais, nas escola e outros locais públicos. Isso é que nos caracteriza enquanto sociedade, que compõe a nossa identidade enquanto cidadão paranhense.

Atividade 1: Identificando minhas origens

Uma árvore genealógica é um modo de se conhecer as origens da minha família, que é onde inicia também a minha história. Conhecer as origens dos meus avós e bisavós paternos e maternos deles, ajuda a conhecer também a nossa.

Objetivos:

- Compreender quem são as pessoas que compõem a minha família e as origens dessas pessoas. Muitos alunos possuem descendência paraguaia, indígena e muitas vezes desconhecem.

Instruções: Por meio de pesquisa com entrevista oral, os alunos buscarão junto aos pais ou responsáveis as informações de origem solicitadas e preencher a ficha 1. É importante que conste que os pais/avós/bisavós sejam indígenas, quando for o caso. No caso de brasileiros não indígenas, informar qual o estado de origem.

Pesquise com a sua família, algumas informações importantes para que possa construir uma árvore genealógica:

| | Nome | Sobrenome | Nacionalidade/ Etnia Se for indígena, colocar a etnia Se não for indígena, colocar o estado de origem |
|----------------|-----------|------------|---|
| Eu | MARIA | DOS SANTOS | BRASILEIRO/INDÍGENA GUARANI |
| Papai | JOÃO | DOS SANTOS | BRASILEIRO/PARANÁ |
| Mamãe | APARECIDA | DA SILVA | BRASILEIRO/INDÍGENA GUARANI |
| Irmão (a) | | | |
| Vovô Paterno | | | |
| Vovó Paterna | | | |
| Vovô Materno | | | |
| Bisavô Paterno | | | |
| Bisavó Paterna | | | |
| Bisavô Materno | | | |
| Bisavó Paterna | | | |

Obs: Caso o aluno seja descendente de indígena e não souber a etnia, é importante que coloque que é indígena.

Atividade 3: Gastronomia da fronteira

A culinária na região de fronteira é riquíssima e é tão comum encontrarmos pratos típicos paraguaios na mesa dos brasileiros, que as vezes até nos esquecemos de suas origens. Eles são inúmeros, porém, podemos destacar os mais conhecidos como a Chipa, a Chipa Guasu, o Bori bori e a Sopa Paraguaia.

A gastronomia tem uma relação muito importante com a questão da identidade, com as minhas origens, e com a influência que recebo da sociedade em que convivo.

Objetivos: Identificar as origens e elementos culinários de um dos pratos paraguaios mais prestigiados pelos brasileiros: a Chipa.

Metodologia: Por meio de pesquisa, os alunos devem buscar com familiares ou conhecidos paraguaios, quais são os ingredientes necessários para a receita de Chipa e como esse prato é confeccionado.

Instruções: Os alunos devem anotar na ficha da atividade, os ingredientes da receita completa e como a mesma é produzida.

Sugestões: Seria interessante convidar alguém que tenha conhecimento para produzir a receita junto com os alunos.

Atividade 4: Identificando costumes cotidianos e suas origens

Em nosso dia a dia, seja em casa, na escola ou na casa de amigos, percebemos que com o passar do tempo vamos adquirindo diversos costumes e influências em nosso modo de se alimentar e de falar. São tão cotidianas, que nem paramos para observar que as origens desses hábitos vem da influência paraguaia, indígena ou de outras regiões do Brasil.

Objetivos: Compreender que muitos alimentos e bebidas consumidas no município tem origem em diversos lugares do Brasil e também do Paraguai;

Metodologia: Na sala de Tecnologia, peça que os alunos pesquisem na internet as origens dos alimentos e bebidas extremamente consumidos em nosso município.

Instruções: Talvez alguns digam que já sabem qual é a origem, porém é importante que confirmem por meio da pesquisa.

Obs: Podem ser incluídas outros alimentos e bebidas, de acordo com o interesse do professor ou dos alunos.

Capítulo 3: Quando tudo era “Ipehum”

Objetivos:

- ✓ Compreender as principais mudanças políticas e econômicas ocorridas em Paranhos desde o período em que era conhecido como povoamento de Ipehum;
- ✓ Identificar a presença histórica de Ipehum, bem com sua importância enquanto posto de fiscalização das exportações da erva-mate;
- ✓ Identificar as principais características da atividade madeireira em Paranhos durante as décadas de 1970 e 1980;

- ✓ Compreender de que maneira a atividade madeireira contribuiu para o crescimento da população e da economia paranhense relacionando-os com o processo de emancipação político-administrativa;
- ✓ Compreender a relação entre a atividade madeireira com as questões ambientais na região;
- ✓ Entender a influência e o poder que a Companhia Matte Larangeira exercia em toda a região do sul do estado de Mato Grosso.

TEXTO DE APOIO:

Nesse capítulo discutiremos as mudanças econômicas e políticas ocorridas em Paranhos desde o período em que era conhecido como a povoação de Ipehum. É importante que o aluno compreenda que durante muito tempo, os dois povoados que se instalaram próximos à essa linha fronteira entre Brasil e Paraguai, dividiram esse mesmo nome. Enquanto o brasileiro tornou-se Paranhos, o paraguaio manteve o nome, embora hoje se escreva Ypejhú.

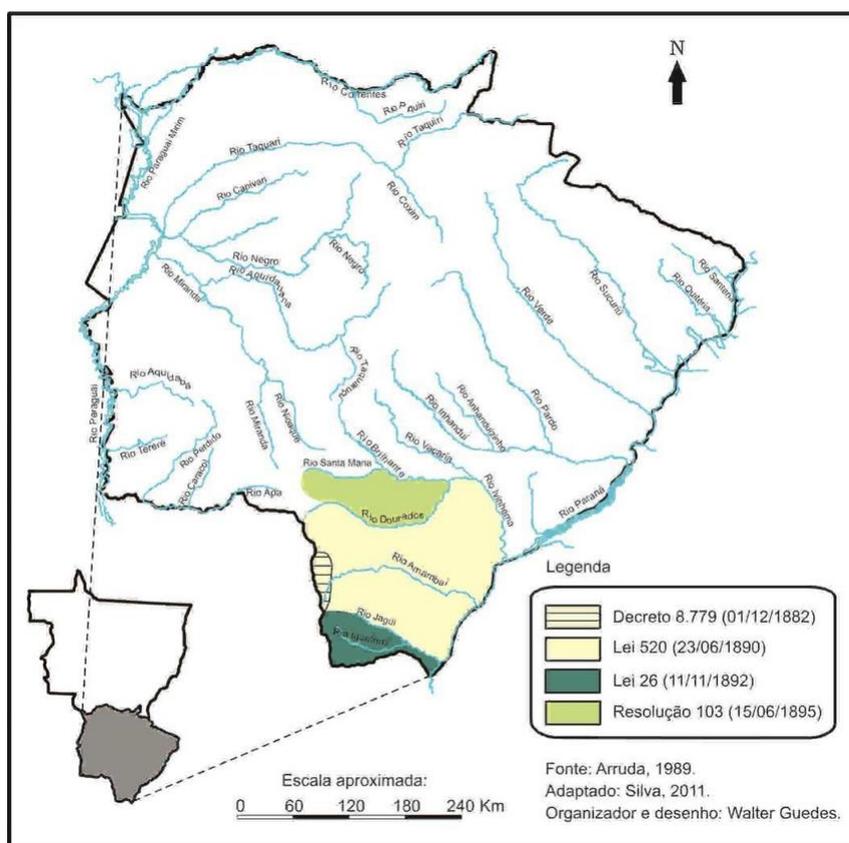
Encontramos dados do quanto esse povoado brasileiro é antigo em pesquisas relacionadas a Companhia Matte Laranjeira. Informações sobre a ocupação do extremo sul de Mato Grosso que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul também estão disponíveis em fontes documentais no site do Itamaraty, como as atas e relatórios da comissão brasileira demarcadora de limites das fronteiras do final do século XIX e nos decretos de concessão para a exploração da erva mate no sul do estado de Mato Grosso.

Fomos percebendo mediante a leitura de alguns decretos e contratos relacionados a exploração do ervais, que Ipehum era um dos pontos de fiscalização do governo brasileiro na época das exportações da erva mate, pois havia uma exigência por parte do governo, tanto no período imperial quanto no republicano que antes da exportação, a erva deveria passar por pontos de fiscalização, ou “estações fiscaes”, onde se cobravam os “[...] direitos provinciaes de exportação sobre esse producto”, como consta na clausula VI do decreto 9692/1886, que prorrogava o prazo concedido a Thomaz Larangeira para explorar a erva mate na província de Mato Grosso.

Outro decreto do governo brasileiro, Nº 520 de 1890, em sua VI clausula, determinava que a citada empresa deveria fazer as exportações de seus produtos pelas “[...] duas estações fiscaes estabelecidas nas serras do Amambahy e Maracaju”. A informação de quais seriam essas duas estações fiscais ficaram evidentes para nós por meio de um termo de contrato de arrendamento dos ervais de 1893, com o procurador do banco “Rio e Mato Grosso”¹¹, onde ficava estabelecido que “fica obrigado igualmente a fazer a exportação de seus produtos pelas duas estações fiscaes estabelecidas no Ipehun e Ponta Porã, declarando – nos sacos ou envoltórios a procedência de seu conteúdo e a começar desde logo os respectivos trabalhos” (p.283).

Ipehum a partir de 1892 também encontrava-se na área de concessão da Companhia Matte Laranjeira para exploração da erva-mate.

Figura 5: Área das concessões de exploração da erva-mate no Sul do estado do Mato Grosso (1882–1895)



Fonte: Arruda, 1989. Disponível em www.revistas.usp.br/rdg/article/download/102834/115674

¹¹ O banco Rio e Mato Grosso pertencente aos irmãos Murtinho apoiava financeiramente as operações da Companhia Matte Laranjeira, inclusive tendo se associado à essa.

Possivelmente por ser um dos postos fiscais dessa área da fronteira, o povoamento foi crescendo em importância, tanto que pela Lei 685 de 1914, tornou-se distrito de paz, pois foram “[...] creados dois districtos de Paz no município de Ponta-Porã compreendendo um, os districtos policiaes de Amambahy e Ipehum, com sede e, Numverá, e outro, abrangendo os 1º e 2º districtos policiaes de Dourados com sede no Patrimonio dos Dourados”. Já o decreto estadual Nº 424 de 1916, reservava “[...] para o patrimônio da povoação de Ipehum, uma área de terras devolutas, de 3.600 hectares[...].

Não conseguimos identificar as razões da mudança de seu nome, uma vez que o decreto nº 494 de 20 de fevereiro de 1926, apenas modifica de povoação de Ipehum, para Patrimônio de Paranhos, sem dar maiores detalhes. Relatos populares, indicam que o diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, teria participado da comissão que demarcou a fronteira entre o Brasil e o Paraguai na década de 1940 e por essas razões foi homenageado.

Essas informações divergem, primeiramente, porque a tal comissão a que se referem, possivelmente é a Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil – Paraguai ¹²cuja função era revisar e reparar os primeiros marcos demarcadores do final do século XIX, inclusive substituindo os antigos de madeira por novos, feitos de concreto. Segundo que o Barão do Rio Branco¹³ faleceu em 1912, portanto, não poderia ter sido membro de tal comissão na década de 1940 e também não existem indícios de que o mesmo esteve nessa região de fronteira, como muitos populares afirmam. Então, acreditamos que a escolha do nome do diplomata estaria ligada a uma homenagem ao seu trabalho frente as negociações de demarcação das fronteiras brasileiras com a assinatura do Tratado de Limites após a Guerra do Paraguai.

Mesmo com a mudança oficial, durante muito tempo Paranhos continuou sendo chamado pelo antigo nome, essa questão aparece nos relatos de nossa entrevistada

¹² No site do Itamaraty encontram-se todas as atas da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil e Paraguai. Entre as conferências realizadas por tal comissão, algumas ocorreram no município de Ponta Porã. Disponível em <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/paraguai.xml>>

¹³ Para maiores informações sobre o assunto sugerimos como leitura o site do Centro de História e Documentação Diplomática. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em 20/03/2018

-1 (hoje com 84 anos), quando descreve o povoado na época em que veio morar com seus tios, com cerca de 10, 12 anos de idade,

E – 1: Ipehum já tinha, mas pequenininho, só que era considerado tudo como Ipehum. Isso tudo aqui era Ipehum, não era dividido.

P: E eles não chamavam aqui de Paranhos ainda não?

E- 1: Não. Aí depois que foi vindo gente, foi vindo gente, [...]e por aí foi crescendo, crescendo esse Paranhos, aí certo tempo esse tal Lício Borrvalho foi candidato a presidente, né você deve saber disso aí, eu era menina mas eu lembro muito bem e veio aqui fazer um comício, [...]aí ele subiu num palanque e começou a falar de Paranhos [...] todo mundo sabe que esse terreno aqui é conhecido como Ipehum, mais agora vamos dividir, *falou*, porque a internacional vem vindo ai, vai passar aqui, vai passar e de fato passou, vamos dividir, falou pra cá conserva sempre o Ipehum, porque lá na cabeceira tem um pato preto enterrado que o Lopes enterrou, bem assim ele falou, e disse essa parte pra cá, vamos arrumar o nome dele de Paranhos, foi o Lício que arrumou esse nome, eu me lembro muito bem, como coisa que se fosse ontem.

Percebemos que, embora ambos povoados fossem considerados como Ipehum, fica claro que já estava definido que enquanto um pertencia ao Brasil, o outro estava sob jurisdição paraguaia. A entrevistada remete à um comício de Lício Proença Borrvalho, que ocupou os cargos de deputado Estadual e Federal pelo estado de Mato Grosso nas décadas de 1940 e 1950. Segundo ela, segundo seu relato o político seria responsável pela mudança do nome, o que sabemos que não. Possivelmente pela posição política que ocupava, este teria conhecimento do assunto e teria sugerido que o local fosse chamado pelo nome oficial, como uma forma de contribuir para o fortalecimento da soberania brasileira, identificando que cada povoado era independente do outro, inclusive no nome.

Nossa entrevistada-1, também relatou que eram comuns as disputas entre brasileiros e paraguaios pela posse da fronteira, mudando os marcos demarcadores¹⁴ de lugar, incluindo episódios de violência. Essas questões ficam ainda mais evidentes em um projeto de lei de autoria de Lício Borrvalho, então deputado Federal, que solicitava a “Criação da Guarda Federal Montada de Fronteira”. Tal projeto previa que esta seria responsável pelo policiamento e pela segurança da população por toda linha fronteira do Brasil.

¹⁴ Esses marcos correspondem a pilares demarcadores, até o período em que a entrevistada se refere, eles eram de madeira e foi por meio da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil – Paraguai que esses foram substituídos pelos de concreto, que podem ser observados por toda extensão da fronteira em Paranhos.

[...]vivem as populações da fronteira, principalmente aquelas de Estados pobres como Mato Grosso e Amazonas, a mercê de sua própria sorte. Para se defenderem de incursões de grupos de bandidos que periodicamente praticam o massacre e o roubo em nosso território, na faixa de fronteira despolicada, usam os recursos próprios, organizando grupos civis, lutando com sacrifício da própria vida, para expulsarem o invasor que, as mais das vezes, retrocedem calmamente na certeza da impunidade (Projeto de Lei Nº879/1951, p.1).

Embora o projeto não tenha sido aprovado pela Câmara dos Deputados, podemos perceber em sua justificativa, algumas das dificuldades comumente enfrentadas nas áreas de fronteiras, o que infelizmente ainda é comum nos dias atuais. A ausência de policiamento e de guarnição em localidades como Paranhos, levava muitas vezes as pessoas comuns a fazer o trabalho dos órgãos responsáveis pela segurança. O primeiro posto do exército só foi instalado em Paranhos, na década de 1960. Nosso entrevistado – 2 alega que “[...] começou a melhorar um pouquinho quando veio o destacamento”. Isso nos faz acreditar que a presença da guarnição teria trazido mais segurança e conseqüentemente contribuído para que o local atraísse mais gente.

Aliada à chegada do posto do exército, a década de 1960 também foi marcada pelo início da exploração madeireira no Paraguai. Até então, a economia do distrito, movimentada principalmente pela economia ervateira, aos poucos passou a dividir espaço essa outra atividade econômica. As primeiras madeireiras instaladas na vila de Taquaperi, eram poucas, mas suficientes para movimentar a vila.

Mas a intensificação dessa atividade ocorreu nas décadas de 1970 e 1985, e coincidiu também com o que ocorria na região sul do estado, com um diferencial: em Paranhos, a madeira não era brasileira, ela vinha do país vizinho. Na região de Ypejú havia muita madeira como Ipê e Peroba, que atraiu dezenas de migrantes paranaenses e gaúchos que vinham para montar madeireiras, cortar madeira, puxar toras e outras atividades relacionadas à esta atividade econômica. Ela movimentava muito o núcleo urbano de Paranhos e dava muito lucro aos que estavam envolvidos, desde trabalhadores, proprietários, comerciantes.

Segundo nosso entrevistado 4, houve um período nos anos de 1980 que havia mais de 30 madeireiras instaladas no Paraguai, a maioria pertencia a brasileiros, os trabalhadores eram dos dois países. Todos os dias era intenso o movimento de

caminhões carregados de madeira na avenida Internacional (que liga Paranhos a Ypejhú). No Brasil, a madeira entrava sem passar pela fiscalização paraguaia e era legalizada pelos escritórios de notas do lado brasileiro.

P: As serrarias ficavam no Brasil ou no Paraguai?

E – 4: Tanto no Brasil quanto no Paraguai. No Brasil, tinha bem poucas, a maioria ficava do lado de lá. As que vinha para o lado do Brasil, vinha comprador de fora e levava para o Paraná, a maioria ia para o Paraná, e a maioria também ficava no Ypejhú, porque lá acho que tinha umas 30 serrarias. A nossa intenção era de vir ali mexer com tora, porque naquela época mexer com madeira dava mais lucro que mexer na roça.

P: Mas daí a madeira traziam pra vender no Brasil?

E – 4: Serrava tudo e exportava para o Brasil, mas mesmo de fora, cortava lá e trazia para o Brasil.

P: E a fiscalização?

E – 4: A fiscalização era só passar.

Ou seja, havia um acordo entre autoridades brasileiras e paraguaias que permitiam a entrada ilegal dessa madeira que era comercializada em nosso país como se fosse um produto nacional. É importante ressaltar que não havia madeireiras e brasileiros explorando apenas em Ypejhú, mas também nos arredores desse município.

Na medida em que a atividade madeireira foi aumentando, foi também atraindo mais moradores e contribuindo para um aumento da população do então distrito. Quanto mais o distrito foi crescendo economicamente e populacionalmente, mais foi obtendo razões para a busca por sua emancipação do município de Amambai. O que acabou ocorrendo em 17 de novembro de 1987.

No final do anos de 1980, a madeira foi escasseando, podemos atribuir a isso o endurecimento de legislações mais rígidas por parte do Paraguai, com relação a exploração da mesma. Uma amostra da abundância de espécies e da riqueza que permeou toda essa região, ainda pode ser observada na Reserva Natural Del Bosque de M'baracayú¹⁵ em Canindeyú, atualmente mantida em um sistema de parceria entre o Governo Paraguaio, Nações Unidas e Fundação Moisés Bertoni, situada a

¹⁵ Trata-se de uma reserva que possui uma área de 64,405 hectares. Foi estabelecida por um acordo internacional assinado entre o Governo do Paraguai, a Fundação Moisés Bertoni e a Organização das Nações Unidas, que foi aprovado e subseqüentemente ratificado pela Lei nº 112/91 da nação paraguaia. Disponível em <<https://www.mbertoni.org.py/>>. Acesso em 15/04/2018

aproximadamente 27 quilômetros da cidade de Paranhos e visitada por muita gente da região.

A maior parte dos donos de madeiras mudaram-se para outras localidades, principalmente para o Mato Grosso, onde a disponibilidade de madeira era mais abundante. Muitas das famílias que vieram para Paranhos atraídos pela madeira, continuaram, no entanto, muitos foram embora.

No Projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos (1989), no início da primeira administração pós emancipação, havia uma preocupação com os rumos econômicos do município em relação a uma possível diminuição da atividade madeireira, que na época era responsável por 40% da arrecadação de seu Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS.

Segundo o diagnóstico desse projeto, “[...] esse quadro é deveras preocupante pois se não forem tomadas sérias e drásticas iniciativas no seu Desenvolvimento Econômico, essa grossa fatia do rendimento municipal, virá a zero nos próximos 10 anos ou antes, a critério dos dirigentes paraguaios” (1989, p.21). Podemos perceber que a economia movimentada pela madeira paraguaia era a base de sustentação da paranhense e que havia uma preocupação com a possibilidade de que essa entraria em colapso dentro de uma década ou menos, possivelmente por causa do escasseamento da madeira e do endurecimento das leis ambientais paraguaias.

Por esse diagnóstico, fica evidente também o quanto isso afetaria diretamente o comércio local, que era movimentado por brasileiros e paraguaios ligados à atividade madeireira. Segundo o referente projeto, se a economia madeireira entrasse em colapso, a estimativa é de que haveria uma quebra em mais de 50% do comércio e em 60% na economia de Paranhos (1989, p. 21).

Nesse período o município recém emancipado, já possuía uma população superior a 10 mil habitantes. Entretanto, podemos perceber que na medida que a atividade madeireira foi entrando em decadência, o fluxo populacional foi diminuindo. Muitas famílias mudaram-se para outras cidades, em busca de outras fontes econômicas. A população atual de acordo com o Censo de 2010 é de 12.350 habitantes, ou seja, entendemos que primeiramente houve um decréscimo, seguido de um acréscimo populacional nos últimos anos.

Percebemos os impactos do fim da atividade madeireira em Paranhos também, quando analisamos as outras atividades econômicas. O comércio como já discutido, era movimentado pela madeira. A região nunca foi voltada para a agricultura e sim para a pecuária e aí se destaca uma questão, segundo o prognóstico do projeto de Desenvolvimento Econômico de Paranhos, no final da década de 1980, 62% dos proprietários eram “[...] minifundiários com áreas menores de 20 hectares [...] enquanto que 86% da área são cobertas por propriedades maiores que 500 hectares” (1989, p.36). Interessante se analisarmos que esses 62% ocupavam uma área de 2,6% da área total do município, enquanto que que 14, 8% dos proprietários ocupavam 86, 1%, ou seja, a maior parte das terras do município encontravam-se nas mãos de poucos, enquanto a maioria das pessoas detinham pouca ou nenhuma terra.

Desse modo, podemos compreender algumas das causas de tanta desigualdade econômica em Paranhos e não somente para a época do projeto analisado, pois mesmo passados quase 30 anos de emancipação, essa realidade permanece, com a diferença de que a atividade madeireira hoje é inexpressiva.

Infelizmente, a população local padece com a desigualdade econômica e social. Tanto que o município encontra-se com um dos piores indicadores sociais do estado de Mato Grosso do Sul, possuindo 0,588 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ocupando a 77ª posição entre os 79 municípios sul-matogrossenses.

Instruções Gerais para as atividades

➤ **Professor, é muito importante que os alunos tentem responder as questões com suas próprias palavras, não há problemas caso não consigam, mas é importante caso sintam-se motivados a assim fazê-lo.**

2 – Elabore uma linha do tempo com as principais mudanças políticas ocorridas entre o período correspondente ao povoamento de Ipehum até a emancipação política de Paranhos.

➤ **Uma linha do tempo é uma forma do alunos perceber as mudanças que foram ocorrendo no município ao longo do tempo em estudo de forma cronológica.**

Exemplo:

- ✓ 1893 → Ipehum era um dos postos de fiscalização das exportações da erva-mate;
- ✓ 1926 → Tornou-se o Patrimônio de Paranhos;
- ✓ 1958 → Tornou-se distrito de Amambai;
- ✓ 1987 → Emancipou-se de Amambai tornando-se município;

Capítulo 4: A presença dos Guarani e Kaiowá em Paranhos

Objetivos:

- ✓ Conhecer parte da história e do processo de luta dos indígenas Guarani e Kaiowá na região sul do nosso estado;
- ✓ Identificar características étnicas e culturais dos Guarani e Kaiowá em Paranhos;
- ✓ Compreender de que maneira as políticas econômicas de ocupação e colonização no interior do Brasil, afetaram diretamente as populações indígenas nessa região de fronteira;
- ✓ Compreender as razões que levaram o governo brasileiro a criar em nossa região áreas para confinamento de indígenas conhecidas como reserva e de que maneira esse confinamento afetou as relações étnicas desses povos;
- ✓ Compreender que os povos indígenas não são iguais, possuindo características étnico-culturais diferentes e que essas devem ser respeitadas;
- ✓ Entender que toda sociedade possui características étnica, culturais e sociais próprias e que compreender e respeitá-las é um passo muito importante na luta contra o preconceito, que infelizmente é muito comum com as populações indígenas.

Texto de apoio

Nesse capítulo discutiremos algumas questões relacionadas aos indígenas Guarani e Kaiowá em nosso município, pois Paranhos, é o segundo¹⁶ de Mato Grosso do Sul, com maior proporção de população indígena (35,7%). De acordo com o último censo, o número deles no município corresponde a 4.404¹⁷ pessoas, o total da população é de cerca de 12.350¹⁸. Seria impossível, escrever qualquer coisa sobre Paranhos deixando-os de lado, pois encontram-se em todos os lugares: nas escolas, no comércio, na política, nos esportes, mas infelizmente muito pouco na história local.

Os indígenas que vivem no território paranhense pertencem à etnia Guarani e Kaiowá, embora sejam constantemente relacionados como os “Guarani Kaiowá”. Sobre essa questão, Cavalcante explica que,

[...]em Mato Grosso do Sul vivem os Kaiowa e os Guarani Ñandeva. É muito comum ouvir pessoas de vários meios sociais, incluindo a imprensa, acadêmicos e governos, referirem-se a estes grupos como sendo Guarani-Kaiowa, conotando a ideia de que os Guarani Ñandeva e os Kaiowa são um mesmo grupo étnico. No entanto, somente os Ñandeva é que se autodenominam como Guarani. De fato, o que se tem são dois grupos distintos que frequentemente, a contragosto, são tratados como se fossem um. A única exceção para isso está em seu uso político. Quando é politicamente interessante, como expressão de uma luta comum, as lideranças utilizam o designativo Guarani Kaiowa. (CAVALCANTE, 2013, p. 21).

Encontram-se distribuídos em seis territórios indígenas ou TI¹⁹: Takuaraty/Yvykuarusu ou Paraguassu (Kaiowá), Potrero Guaçu (Guarani), Sete Cerros (Guarani e Kaiowá), Arroio Korá (Guarani), Ypo'i (Guarani) e Pirajuí (Guarani). Alguns desses territórios já foram demarcados, outros estão em processo de demarcação, homologados, entretanto, trataremos dessas questões um pouco mais adiante.

As pesquisas de Brand (1997) e Cavalcante (2013), nos ajudam a compreender muito a questão indígena diante do processo de ocupação da região sul

¹⁶ O primeiro é Japorã com 49,4% de proporção da população indígena. Fonte: IBGE, censo indígena 2010. Disponível em <ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 23/05/2018

¹⁷ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/paranhos/panorama>>. Acesso em 12/06/2017.

¹⁸ De acordo com o último censo em 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 14/06/2017.

¹⁹ TI: Terras Indígenas de acordo com as informações da FUNAI

do estado de Mato Grosso do Sul, mesmo nos tempos de Mato Grosso. Eles nos apresentam também, muito sobre a história desses povos, sua trajetória diante do quadro de colonização da região, seus conflitos e consequências.

Segundo esses pesquisadores, os Guarani e Kaiowá, ocupam um território tradicional que “[...] localiza-se pelo menos entre toda a região do Rio Apa, Serra de Maracaju, dos rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a da fronteira com o Paraguai, mas já há referências de Kaiowá localizados em outras regiões, como na bacia do Rio Miranda, por exemplo”. (CAVALCANTE, 2013, p. 22).

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), ocorreu a demarcação definitiva das fronteiras entre Brasil e Paraguai, porém, no entendimento no entendimento dos Guarani e Kaiowá, essa linha fronteira que separa o território destes dois países é inexistente, tendo em vista que o modelo territorial indígena é diferente do não indígena, não possuindo limites fronteirizos, assim, os índios transitavam entre esses territórios como se fossem apenas um.

Ainda hoje, parece difícil para os Guarani e Kaiowá entenderem a presença dessa fronteira. Exemplo disso, é o relato de um professor indígena sobre o caso recente de um pequeno menino nascido na Reserva da Pirajuí, tendo sido levado pelos pais para uma aldeia no Paraguai, acabou ficando órfão e retornou para o seu local de nascimento. O menino não possuía documentação brasileira, nem paraguaia e por isso encontrava dificuldades em receber assistência básica à qualquer cidadão, como escola e atendimento médico. No entanto, lideranças da Pirajuí lutavam para que essa situação fosse resolvida o mais rápido possível. Afinal, são os “irmãos” Guarani, não importando assim se são brasileiros ou paraguaios.

Na época em que ocorreu a demarcação das fronteiras entre os dois países, foi criada uma comissão para realizar essa função e nesta encontrava-se Thomáz Laranjeira, que percebendo a enorme quantidade erva mate nativa na região, solicitou junto ao governo imperial o direito de concessão para arrendamento e exploração dos ervais (ALBANEZ, 2003, p.30).

Dessa maneira sua empresa, a Companhia Matte Laranjeira, recebeu entre 1882 e 1943 a concessão para explorar a erva-mate²⁰ nativa, planta extensivamente

²⁰ A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), é uma planta nativa da América do Sul. Pode ser consumida como chá mate (quente ou gelado), chimarrão ou tereré no Brasil, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Chile.

encontrada na região sul do estado de Mato Grosso, justamente na área que abrangia as terras indígenas Guarani e Kaiowá. Segundo Brand (1997) apesar de que a “[...] colheita da erva foi responsável pelo deslocamentos de inúmeras aldeias, em função da exploração do ervais “[...] a Cia Matte Larangeira não estava interessada, naquele momento, na disputa pela propriedade da terra”. (p. 5).

Nas primeiras décadas do século XX, a empresa conseguiu ampliar ainda mais suas áreas de concessões. Embora grande parte da mão de obra utilizada pela empresa fosse a paraguaia, houve também a participação de indígenas na exploração da erva, “[...]inclusive a localização de várias Reservas indígenas demarcadas até 1928 se deve ao fato de serem acampamentos, ou locais de trabalho da Cia Matte Larangeira” (BRAND, 1997, p.62). Assim, algumas reservas como a Pirajuí, estavam “[...]localizadas e demarcadas em locais de concentração de índios em função dos trabalhos na colheita da erva-mate” (BRAND, 1997, pp.62 -63).

Mesmo com diversos indicativos da exploração, opressão e miséria no qual estavam submetidos os trabalhadores dessa empresa, conforme Arruda (1997), a mesma era vista na época como “[...] elemento positivo, civilizatório” (ALBANEZ, 2003, p.32). Sendo considerada a presença desta como sinônimo de desenvolvimento para a região, pela questão da empregabilidade e por se tratar de uma grande empresa, sem no entanto considerar os problemas acima destacados (LENHARO, 1986, p.63).

Todavia, é difícil dizer com exatidão qual foi a participação dos indígenas na exploração da erva mate por essa companhia. Brand (1997, p.72), afirma que faltam referências “[...] mais consistentes sobre a participação indígena” nesse processo em toda a região. Possivelmente porque estavam ocultos entre os paraguaios “[...] falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos” (idem).

No final do século XIX, com o advento da República no Brasil, a política fundiária definida pela Constituição de 1891, passou “[...] para a competência do estados, que significou transferência de poder às oligarquias regionais” (ALBANEZ, 2003, p.30). Assim como ressalta o autor, o Estado ao ter o poder de comercializar essas terras, passou a beneficiar muitos “[...] grupos ligados a chefes políticos que se revezavam à frente do estado” (ibidem, p.31). A então Constituição, não mencionava nenhum direito aos povos indígenas que continuaram excluídos, sem direito a nenhum tipo de cidadania.

Em razão dessas mudanças na legislação, a Companhia Matte Larangeira, foi extremamente beneficiada e passou a expandir ainda mais os seus domínios sobre a região, a venda e distribuição das terras passou a beneficiar muitos grupos ligados a política estadual e as terras indígenas foram consideradas devolutas, sendo vendidas pelo estado sem considerar a presença, nem o direito desses povos sobre as terras que habitavam. (BRAND, 1997; CAVALCANTE 2013; ALBANEZ, 2003).

No início do século XX, o governo brasileiro demonstrava cada vez mais interesse na ocupação do “extremo vazio”²¹ do interior do país, principalmente nas regiões de fronteira, pois ocupá-las representava também garantir efetivamente a posse das terras demarcadas após a guerra com o Paraguai.

Com a ajuda do Serviço de Proteção ao Índio²² (SPI), o governo republicano criou na região entre 1915 e 1928, oito áreas para “confinamento” de índios Guarani e Kaiowá, chamadas de “Reservas²³”, com o objetivo de retirá-los de suas terras e assim liberá-las para a entrada de colonizadores. Uma delas fica em Paranhos, trata-se da aldeia Pirajuí, criada pelo Decreto Estadual Nº 825 de 1928 com 2.000 ha.

A proposta inicial era a de que cada Reserva possuiria uma área de pelo menos 3.600 ha, no entanto, a maioria possuía no máximo 2.000 ha. Tornando-se territórios pequenos e insuficientes para comportar a grande quantidade de indígenas que foram confinados nelas. Muitas delas nem sequer correspondiam as suas terras tradicionais (CAVALCANTE, 2013, p. 85).

Não havia preocupação do SPI ou do governo se essas terras seriam suficientes para esses povos futuramente, tratava-se de tirá-los do caminho, abrindo assim espaço para a colonização da região, colocando-os sob o controle do Estado e tornando-os mão de obra barata. Além disso, não foi considerada a diversidade étnica dos Guarani e Kaiowá, colocando-os muitas vezes nas mesmas reservas, sem respeitar suas diferenças.

²¹ Grifos meus, pelo fato de que a região era vazia do ponto de vista da ausência de “brancos”, como são chamados os não índios pelos índios, sem levar em conta a presença maciça de indígenas que há séculos já habitavam as terras da região, conforme assunto discutido anteriormente.

²² O Serviço de Proteção ao Índio, SPI, foi criado pelo decreto 8. 072 em 1910 e extinto em 1967 dando origem a Fundação Nacional do Índio ou FUNAI.

²³ Existe diferença entre reserva e aldeia indígena. As Reservas foram áreas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928, no qual houve um processo de confinamento de indígenas nessas áreas. Já as aldeias consistem num espaço natural onde “[...] efetivamente, o espaço onde se fundem terra, território, subsistência, relações sociais e festas religiosas” (BRAND, 1997, p.24).

Na década de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, a campanha da Marcha para o Oeste, visava a ocupação do interior do país. Havia nesse projeto, o interesse de ocupar as regiões de fronteira, especialmente a do sul do Mato Grosso, propositalmente na área de concessão da Cia Matte Laranjeira e por conta disso, aos poucos esta foi perdendo seus direitos de concessões e territórios.

Essa política de colonização getulista, com o objetivo contribuir para a ocupação nessa região e fortalecer as fronteiras, determinou que fossem criados no sul do estado, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND e o Território Federal de Ponta Porã, no qual Paranhos fazia parte, inicialmente como patrimônio e posteriormente como distrito.

Diante da Campanha Marcha para o Oeste, Lenharo (1977) problematiza que os indígenas, “[...] acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seus trabalhos?” (1997, p.51). Ou seja, o projeto colonizador não apresentava planos claros com relação ao que aconteceria com as populações indígenas que viviam no interior e nem com suas peculiaridades étnicas. Situação que observamos se repetir ao longo das décadas seguintes.

O impacto da chegada das frentes pioneiras na vida dos Guarani e Kaiowá em Paranhos

Para os Guarani e Kaiowá, a concepção de território tem uma ligação profunda com a sua história, ancestrais, modo de vida, e com seus “tekoha” (BRAND, 1997, CAVALCANTE, 2013). Crespe nos oferece uma significativa definição do conceito de tekoha:

Para a introdução, apresento o significado de tekoha, a partir da etimologia da palavra. Teko significa modo de ser e ha é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o teko, o modo de ser kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado de teko porã. (CRESPE, 2015, p.25)

Dessa forma, os impactos da colonização branca sobre esses povos não foram apenas sobre as suas terras, mas também em seu modo de vida próprio, algo que Brand (1997) discute profundamente em sua tese.

Os diversos projetos colonizadores citados anteriormente, vinham impactando de diversas maneiras a vida dos Guarani e Kaiowá que viviam nessa região da fronteira, onde hoje encontra - se Paranhos. Entretanto, foi a partir da chegada das frentes pioneiras nas décadas de 1940 e 1950 que esses impactos se intensificaram.

Segundo Brand (1997), na década de 1950 se intensificaram os processos de destruição das aldeias, “[...] sendo que as expulsões dos restos de aldeias, ocorreram especialmente durante a década de 1970” (p. 93), principalmente com o estabelecimento das fazendas para a criação de gado. A exploração madeireira foi abrindo clareiras, que logo em seguida se tornariam propícias para a prática da pecuária.

Nesse momento, a presença dos indígenas nessas áreas incomodava cada vez mais, principalmente os donos de grandes propriedades rurais. Foram diversos os conflitos entre os dois grupos, e muitas vezes extremamente violentos. Podemos perceber os efeitos dessas afirmações de Brand em Paranhos, por meio do relatório de identificação e delimitação da TI Potrero Guaçu²⁴ feito pelo antropólogo Rubem Tomaz de Almeida:

[...] constatada a presença de índios o novo ‘proprietário’ da terra ou os expulsa de imediato ou depois de utilizar sua força de trabalho para beneficiar a propriedade. Expulsão pode vir procedida de avisos e ameaças. Se ineficazes, seguem-se atos de violência: indivíduos remunerados pela fazenda e não raro armados, forçam homens, mulheres e crianças a subirem em caminhões para serem despejados distante das fazendas. (Processo FUNAI/BSB/1767/98)²⁵.

A colonização em Paranhos se intensificou a partir dos anos 1960, com a exploração madeireira e a criação de gado. Nesse período, o fluxo das frentes pioneiras aumentou, com a chegada de dezenas de famílias paranaenses, atraídos principalmente pela madeira abundante no Paraguai. Nessa mesma década o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA²⁶ iniciou a regularização das terras dos posseiros na chamada “Gleba Paranhos”, e parte delas estavam em áreas tradicionalmente indígenas.

²⁴ Em algumas fontes encontra-se com a grafia Potrero Guasu, mantive da forma como consta nos registros da FUNAI.

²⁵ Processo que trata da criação da aldeia Potrero Guaçu junto a FUNAI.

²⁶ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou INCRA, é um órgão governamental responsável pela regularização da posse das terras em território nacional.

Em 1968, instalou-se nas terras da Pirajuí, a Missão Evangélica Alemã, a Deutchs Indianer Pioneer Mission. Segundo as pesquisas de Brand, Cavalcante e Santos, a missão também influenciou no processo de confinamento de indígenas, na medida em que “[...] foram os missionários que pressionaram, mediante a oferta de melhor assistência à saúde dentro das reservas” (BRAND, 1997, p.102). Receberiam assistência dos missionários, somente os indígenas que estivessem dentro da reserva, o que teria levado muitos que viviam em outros locais, a se transferirem para lá com suas famílias.

Os indígenas do tekoha Potrero Guaçu, se enquadram nesse caso e também no dos que foram levados a viver na reserva da Pirajuí. Do ponto de vista do governo e sociedade da época e não muito obstante ainda hoje, o índio não era visto como parte de único povo, não levando em conta suas peculiaridades culturais, religiosas e linguísticas. Assim, essas populações sofreram muitos conflitos internos ao se verem obrigadas a dividir os mesmos espaços com outros povos indígenas, mas com práticas culturais totalmente diferentes das suas, situação que se reforçava pelo espaço reduzido que dividiam.

Isso fica bastante evidente nas pesquisas de Benites, quando relata o quanto essas questões afetaram as “famílias extensas ou *te'yi*”²⁷ e que “[...] antes de se assentarem na reserva/aldeia de Pirajuy, residiam e viviam longe umas das outras” (2014, p.43). Segundo o autor, muitas famílias do tekoha Potrero Guaçu que se deslocaram para a reserva, entraram em conflito com as da Pirajuí, o que resultou em um processo de “[...] retorno da família extensa ao território tradicional (tekoha) Potrero Guasu” (BENITES, 2014, p.120).

Esse processo resultou nos anos de 1990, na retomada de territórios que incluía parte da Gleba Paranhos em Taquaperi, vila situada próximo à cidade de Paranhos como veremos em seguida, então demarcada pelo INCRA em favor de posseiros e também fazendeiros. Por meio de análise antropológica, houve o reconhecimento oficial do Estado de que essas terras eram tradicionalmente pertencentes à esses indígenas no que hoje consiste a aldeia Potrero Guaçu.

²⁷ Cavalcante explica que “As famílias extensas constituíam as unidades socioeconômicas básicas entre os Guaraní, exploravam as terras e as áreas de caça e pesca. Habitavam grandes casas comunais – as *te'yi óga* – que comportavam de dez a sessenta famílias nucleares. A inclusão de novos membros se dava por meio do casamento das mulheres com membros de outras *te'yi*” (2013, p.59)

Sugestão de atividade:

- ✓ Convide um professor ou líder indígena para falar um pouco sobre o modo de vida dos povos indígenas Guarani e Kaiowá. Entre as pautas é importante que se explique o significado de tekoha, aty guaçu, famílias extensas e outros que o convidado julgar necessário.

Objetivos:

- ✓ Compreender um pouco mais sobre o modo de vida dos indígenas Guarani e Kaiowá;

Sugestão de filme: Índios no Brasil**Sinopse**

Ao aprender a história do Brasil, muitas vezes a população indígena é retratada com discriminação, como um povo relacionado a atraso, preguiça e selvageria. Com isso, o contexto atual dessas etnias acaba ficando de lado. Neste episódio, integrantes das tribos Krenak (MG), Kaxinawá (AC), Ashaninka (AC), Yanomami (RR), Pankararu (PE) e Kaingang (SC) conversam sobre o assunto, mostrando seus pontos de vista sobre a forma que são tratados na sociedade.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QQA9wuGgZjI>

Obs: O documentário completo possui mais de 2 horas de duração, portanto, sugerimos o episódio 1, Quem são eles? Com duração de aproximadamente 50 minutos, ou o tempo que achar importante.

Objetivos:

- ✓ Compreender que os povos indígenas não são iguais, que se dividem em diversas etnias e possuem características próprias, dessa maneira algo que é costume de um grupo na Amazônia não significa que o seja em Mato Grosso do Sul;

Instruções:

- ✓ Professor, você pode apresentar o vídeo para fechamento ou para abertura de conteúdo. É importante que antes de apresentá-lo, faça uma sondagem com os alunos para saber quais as visões que eles tem sobre os indígenas.
- ✓ Após a apresentação do vídeo, questione se poderíamos caracterizar os indígenas como todos iguais;

Instruções para as atividades 1 e 4

Atividade 1: Os povos indígenas no Brasil

Na sala de tecnologia, os alunos devem pesquisar no site da Fundação Nacional do Índio – Funai, os seguintes dados:

Endereço para pesquisa: www.funai.gov.br no campo “Índios no Brasil”

População indígena no Brasil de acordo com o Censo de 2010 do IBGE

Qual o número de indígenas?

Quantas línguas são registradas?

Quantas etnias?

Qual a região do Brasil com o maior número de indígenas?

Em 1500, quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram, qual era o número estimado de indígenas?

5) Cruzadinha respondida:

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|---|---|-----|----|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1- | G | U | E | R | R | A | * | D | O | * | P | A | R | A | G | U | A | I |
| 2- | P | E | C | U | A | R | I | A | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3- | E | R | V | A | * | M | A | T | E | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 4- | P | I | R | A | J | U | I | | | | | | | | | | | | | |
| 5- | M | A | R | C | H | A | * | P | A | R | A | * | O | E | S | T | E | | | | | | |
| | | | | 6- | I | N | C | R | A | | | | | | | | | | | | | | |
| 7- | F | U | N | A | I | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8- | M | A | T | T | E | * | L | A | R | A | N | G | E | I | R | A | | | | | | | |
| | | | 9- | T | A | K | U | A | R | A | T | Y | * | Y | V | Y | K | U | A | R | U | S | U |
| 10- | E | T | N | I | A | S | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 11- | Y | P | O | I | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12- | P | O | T | R | E | R | O | * | G | U | A | Ç | U | | | | | | | | | | |
| | | | 13- | K | A | I | O | W | A | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | R | E | S | E | R | V | A | | | | | | | | | | | | | | | | |

Capítulo 5: O Forte de Iguatemi: as origens de Paranhos

Objetivos:

- ✓ Compreender a importância histórica da presença do Forte do Iguatemi em terras paranhenses em um momento de disputas entre portugueses e espanhóis pelo controle da região;

- ✓ Identificar os motivos que levaram os portugueses a construí-lo nessa localidade;
- ✓ Identificar as razões que levaram à queda dessa guarnição, bem como os motivos pelo qual foi abandonado;

Texto de apoio

Nesse capítulo conheceremos um pouco sobre a história do Forte do Iguatemi, criado pelo governo português em 1767 e também a Trincheira Kue localizados onde hoje encontra-se a aldeia Paraguassu.

Embora a efetiva ação colonizadora da região onde encontra-se Paranhos tenha ocorrido apenas no final do século XIX e início do século XX com as frentes de expansão e pioneira, uma outra tentativa de povoamento já tinha ocorrido muito tempo antes, ainda no período colonial.

Pretendemos aqui apresentar de forma sintetizada um breve histórico de como isso teria ocorrido, quando na segunda metade do século XVIII, por decorrência de interesses do governo português em disputa com a Espanha pelo controle dessa região, foi criado o Forte do Iguatemi, no território que hoje pertence a aldeia Takuaraty/Yvykuarusu, mais conhecida pela população em geral como Paraguassu.

Atualmente encontram-se apenas ruínas do forte e embora seja considerado como sítio arqueológico²⁸ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde a década de 1980, existem poucas pesquisas sobre o assunto e em suma, a maioria delas trata das razões da criação e extinção desse forte. Um trabalho que nos interessou especialmente foi o de Santos (2002), porque oferece uma perspectiva que envolve as memórias dos atuais indígenas Kaiowá que vivem na localidade.

É interessante se analisarmos a dimensão da importância histórica desse fato não apenas para o local, mas também para o país, pois as definições de nossas fronteiras com o Paraguai, perpassam a história do forte, em um período em que o território brasileiro ainda era colônia de Portugal e o país vizinho, colônia da Espanha.

²⁸ No cadastro do IPHAN consta com o nome de Forte do Iguatemi MS – AB- 01. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?4258>

Próxima as ruínas do antigo forte, encontra-se a “Trincheira Kue”, uma enorme cratera utilizada pelos espanhóis durante a invasão ao forte e posteriormente pelos soldados durante a Guerra do Paraguai. São famosas as histórias entre os indígenas, segundo os quais existiria um “tesouro” escondido nela. Durante a guerra, essa trincheira teria sido utilizada por soldados paraguaios e anteriormente pelos espanhóis durante a invasão ao Forte do Iguatemi. Trata-se de uma gruta com cerca de dez metros, que cerca boa parte da aldeia. Trincheira Kue no guarani do Paraguai, significa ex-trincheira, mas os Kaiowá da Paraguassu, a chamam de Yvy (terra), kua (buraco) e rusu (grande) ou Yvykuarusu, o nome no qual a aldeia é mais conhecida por seus membros (SANTOS, 2002, p.132).

Existem muitas histórias e lendas por parte dos indígenas a respeito dessa trincheira, como a existência de ouro, tesouros e muito mistério, ela divide espaço entre o imaginário popular e os acontecimentos históricos. O fato é que a mesma, bem como o forte, também é pouco estudada e conhecida pela população não indígena, dessa forma prevalecem muitas histórias que precisariam ser investigadas com maior profundidade, principalmente por pesquisas específicas sobre o local e suas relações históricas.

Apesar de sua importância histórica, esse espaço de memória é pouco conhecido, estudado e visitado. Muitos moradores de Paranhos desconhecem a existência dessas ruínas e de sua história, são poucos os que sabem da existência de um antigo forte naquela localidade, a maioria conhece as lendas que permeiam uma suposta trincheira que existe na aldeia. Mas como a área é terra indígena e as pessoas não têm livre acesso ao local, ninguém sabe ao certo do que se trata a trincheira e as ruínas do antigo forte.

O Forte do Iguatemi, oficialmente denominado Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, foi criado em 1767 com o objetivo de assegurar e expandir a fronteiras portuguesas na região, por se tratar de uma área próxima ao domínio de territórios espanhóis.

Portugal e Espanha buscavam definir as fronteiras de suas colônias sul americanas mediante os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Este último reconheceu oficialmente a posse da região ao governo português. Antes disso, os dois países vinham disputando entre si as terras da região e para poder garantir o seu domínio, o governo português criou nessa localidade o Forte do Iguatemi (1767),

e em outras, o de Coimbra (1775) e o de Corumbá (1778) e Miranda (1797), ambos no território do atual estado do Mato Grosso do Sul, na época província de Mato Grosso.

Segundo Santos, a colônia militar de Iguatemi foi criada na margem esquerda do rio de mesmo nome “[...] servindo de base às expedições que no futuro fossem necessárias: era um atalaia contra qualquer invasão espanhola” (2002, p.55). De acordo com ela, a criação desse forte foi apoiada e aprovada por muitas autoridades como o então presidente da província de São Paulo, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, mais conhecido por seu título real como Morgado de Mateus.

Eles pensavam nessa região em termos estratégicos e estavam preocupados com o abandono e a falta de recursos em que se encontrava a então província do Mato Grosso, principalmente com suas fronteiras desprotegidas, fato que poderia facilitar o domínio espanhol na região, já que os mesmos buscavam aumentar seus domínios.

Suas obras de construção tiveram início em 1767, mas devido a muitos fatores como a distância e as dificuldades de acesso à capitania de São Paulo que eram desfavoráveis, na prática o projeto nunca chegou a ficar exatamente conforme o planejado. A distância foi um dos fatores que mais dificultou o desenvolvimento dos projetos portugueses nessa região, pois se tratando da distância da província de São Paulo e dos núcleos de povoamento mais próximos, “[...] não era facilmente que se transpunha as duzentas e tantas léguas que separavam o Iguatemi de São Paulo” (SANTOS,2002, p.56).

Em seu diário de viagem²⁹ do ano de 1774, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, descreve como era o trajeto feito de São Paulo até a Praça de Nossa dos Prazeres do Iguatemi

Com quarenta e nove dias e meyo de viagem e paradas, cheguei a Praça de N S dos Prazeres do Rio Iguatemi no dia 30 de novembro; e destes 27 dias na navegação do Rio Tiete que tem 135 legoas; 11 dias e meyo no R. Paraná, do dito Tiete the a barra do Iguatemi em que achei 93 legoas [...] 11 dias na navegação do R. Iguatemi, com 48 horas the

²⁹ No site da Biblioteca Nacional Digital encontra-se o diário de viagem do brigadeiro juntamente com 23 mapas aquarelados contendo os rios percorridos e a praça do forte do Iguatemi. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461595/mss1461595.pdf>. Acesso em 15/03/2018

a Fortaleza que por todas fazem 277 legoas (Diário de Viagem do Brigadeiro José Custodio de Sá Faria, p.18).

Por meio deste, podemos compreender que a maior parte desse percurso era feito por meios fluviais, principalmente pelos rios Tietê, Paraná e Iguatemi e a viagem durava semanas. A viagem descrita pelo Brigadeiro José Custódio, por exemplo, durou quarenta e nove dias contados entre a saída de São Paulo e a chegada ao Forte do Iguatemi. Portanto, transpor essa distância com armamentos, equipamentos, alimentos entre outros itens essenciais para o funcionamento da guarnição, em meios a essas circunstâncias acima citadas, não era nada fácil.

O projeto da fortificação originalmente tinha um formato hexagonal, mas esta nunca foi acabada. Por essa razão, aliada ao isolamento em que viviam, o forte não oferecia nenhum tipo de proteção, nem de resistência aos possíveis ataques. Tanto que a guarnição recebeu ataques dos índios Kaiowá que habitavam a região e também dos castelhanos (SANTOS, 2002).

A princípio, o local teria servido de presídio, Santos (2002) nos fornece detalhes interessantes sobre o forte, “[...] a igreja estava desprovida de qualquer ornamento e era fabricada com parede de mão, e o telhado era de casca de palmito. As casas, construídas da mesma forma, tinham o teto de capim” (p.56). Essas informações nos permitem pensar na simplicidade na qual viviam as pessoas no local, inclusive utilizando matérias-primas nativas do lugar para suas construções e sobrevivência, desprovidos de luxos e isolados nessa localidade.

O forte chegou a ter mais de 300 homens, tanto que foi “[...] elevado à categoria de vila em 1771, transformando-se no mais antigo povoado do Mato Grosso meridional, e o primeiro passo para a ocupação do atual Mato Grosso do Sul” (BRAND, 1997, p.52). Mas de acordo, com o diário de viagem do brigadeiro, o local tinha tamanho para abrigar muito mais homens, “Logo que cheguey procurei examinar a Fortaleza que achey muy grande para tas pequena guarnição pois he capaz de acomodar sem operção quatro mil homes deguarnição [...]” (Diário de viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, p.18).

Apesar dos interesses do governador da província de São Paulo, que acreditava que a guarnição serviria como ponto de “[...] penetração na América espanhola” (SANTOS, 2002, p. 68), ao que tudo indica, o governo português não tinha

interesse em manter o Forte do Iguatemi, pois estaria mais preocupado que o interesse dos espanhóis estivesse voltado para o sul da bacia Platina.

Em uma carta enviada em 28 de janeiro de 1775³⁰ ao Morgado de Mateus, o então brigadeiro, demonstra preocupação com a falta de proteção da guarnição da possível ameaça de ataque dos castelhanos, solicitando mais soldados. Junto à esse pedido havia um tom suplicante por mantimentos básicos para a sobrevivência da população,

Devo lembrar a V. Ex^a. Que os mantimentos que se colhem neste districto não bastão para a sustentação da tropa [...] Os que aqui produzem melhor hé o Milho, o Feijão produz bem, [...] o não há para este anno, as repetidas chuvas o arruinarão, cahindo , e apodrecendo a flor, e há mais de hum mês que a Tropa está sem [imcompreensível] Feijão, e Toucinho, e unicamente lhe dá o milho, pelo que vivem pouco satisfeitos, e receyo deserçoens, porque fome não tem Ley e sefaz precizo que V. Ex^a [...] nos soccorra de Feijão, e Toucinhos, e os remédios de Botica que pedi [...]” (Diário de viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, p.177).

Percebemos que devido ao mal tempo, a produção de itens básicos de alimentação estava comprometida, devido a isso, a população necessitava urgentemente de ajuda externa, no caso do governo de São Paulo, a quem o brigadeiro respondia. Fica evidente que este já havia solicitado ajuda e deixava bem claro sua preocupação de que caso isso não ocorresse logo, muitos soldados desertariam e abandonariam o forte.

Foi por essas e outras razões como, isolamento, doenças, fome e miséria, já citadas anteriormente, que o forte foi se esfacelando. Seguido de ataques de indígenas que queimaram parte das construções da guarnição, o forte caiu após um ataque de cerca de 3 mil castelhanos.

Após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso em 1777, a região passou a pertencer efetivamente ao governo português. Entretanto, nem Portugal, nem a Espanha tiveram interesse em reconstruir o forte, que abandonado, foi desaparecendo e caindo no esquecimento. Posteriormente o local voltou a ser habitado pelos indígenas, ao que tudo indica pelos Kaiowá. (BRAND, 1997).

³⁰ Disponível no mesmo arquivo do acervo digital da Biblioteca Nacional Digital citado anteriormente.

No final do século XIX, durante a Guerra do Paraguai³¹, essa região voltou a ser palco de disputas entre países, mas dessa vez entre Brasil e Paraguai. Devido sua localização em área de “fronteira seca”, esse território servia de passagem e circulação para tropas dos dois países. Por essas razões, os indígenas que ali habitavam, foram extremamente afetados pelo conflito.

A colonização e ocupação da região voltou a ocorrer apenas no final do século XX, após a Guerra do Paraguai, com as definições e a demarcação da fronteira com esse país. A partir desse momento, ocorreu a instalação da companhia Matte Larangeira que recebeu do governo brasileiro, a concessão para a exploração da erva-mate, que englobava o território da aldeia Paraguassu. Logo em seguida houve a chegada das frentes de expansão e pioneira.

Entretanto, o forte e sua história, caíram no esquecimento e a Trincheira Kue tornou-se mais um assunto mitológico do que histórico. O desconhecimento da existência das ruínas do forte e da trincheira pela população nos faz pensar em duas suposições: a escassez de pesquisas sobre o assunto, bem como a não divulgação das mesmas e o interesse dos indígenas que vivem aldeados hoje naquela localidade em manter esses fatos desconhecidos, por medo da intromissão “branca”.

Seraguza (2013) percebeu em sua pesquisa de campo com os Kaiowá da Paraguassu, que eles não gostam de ser questionados sobre a existência de um possível tesouro na Trincheira, ficando desconfiados (p.50). Isso pode ser relacionado com a proteção e também com o receio da perda de suas terras. Esses indígenas haviam sido expulsos delas em meados do século passado e a partir dos anos de 1970 passaram por um difícil processo de retomada, tendo o governo brasileiro homologado essa aldeia como terra indígena apenas na década de 1990 (BRAND, 1997).

Entretanto, as disputas pela posse dessas terras com fazendeiros dos arredores foi extremamente desgastante para essa população Kaiowá (BRAND, 1997; CAVALCANTE, 2013). Percebemos assim que para eles, a presença desse sítio arqueológico, bem como a sua divulgação, poderia não ser benéfico no processo pela manutenção da posse oficial da terra, mantendo assim o homem “branco”, distante,

³¹ A Guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança (1864 -1870), foi o maior conflito da História da América do Sul, envolvendo diretamente o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

afinal foi justamente a chegada e permanência deste, que acabou gerando a maior parte dos problemas pelos quais esses indígenas enfrentaram.

Capítulo 6: A Vila de Taquaperi

Objetivos:

- ✓ Identificar as principais mudanças pelo qual passou a vila de Taquaperi nas últimas décadas;
- ✓ Compreender as origens da vila e por quais razões ela era considerada por muitos moradores como muito maior do que o distrito de Paranhos;
- ✓ Compreender a importância histórica da economia da erva-mate com Paranhos e região;

Texto de apoio

As fontes orais, como nos relatou Joutard (2000), podem nos desvelar detalhes e fatos desconhecidos que muitas vezes não constam em documentos e que poderiam passar despercebidos durante o trabalho de pesquisa. Nosso conhecimento sobre a história da vila de Taquaperi ocorreu justamente dessa maneira. Foi durante o processo de entrevistas, quando buscávamos explicações ainda iniciais sobre a formação da sociedade local, que pudemos perceber a importância histórica desse lugar, hoje uma vila tão empobrecida.

Taquaperi, como é mais conhecida, é um pequeno e antigo povoado que encontra-se a pouco menos de 10 quilômetros da cidade de Paranhos, município ao qual pertence. Atualmente nela, residem cerca de 65 famílias. Possui igreja, escola, sendo que a última encontra-se desativada.

Alguns depoimentos relatam que esse povoado, nos anos 1970 e 1980, era muito maior e mais movimentado do que o então distrito Paranhos, isso fica evidente no trecho abaixo, quando nosso entrevistado, um migrante paranaense, descreve suas primeiras impressões do povoado, quando passava de mudança com sua família por ele, que era ponto de passagem ao seu destino, Ypejhú no Paraguai:

E-4: Pelo menos quando *nós passamos* com a mudança, ela já era uma vilinha boa, bem mais, parecia mais ser mais uma vila do que ali (*Paranhos*), porque lá, quando vindo de lá pra cá, entrava lá em Taquaperi e saía de novo na estrada ali. Era um casa atrás da outra, tinha serraria, tinha comércio, tinha, era bem desenvolvido, dez vez mais que Paranhos.

Percebemos que lhe chamou a atenção o fato de que Taquaperi era bem mais desenvolvida que o núcleo urbano de Paranhos. Enquanto este possuía algumas dezenas de casas, a vila possuía número superior de moradores, escola, igreja, madeiras, farmácia, sorveteria, sendo socialmente bastante movimentada. Isso fica ainda mais nítido, quando o mesmo entrevistado juntamente com sua esposa, descrevem como era Paranhos na época que chegaram:

E-3: aqui era só um miolinho assim.

E-4: [...] aqui essa quadra ali, a quadra da creche, ali da escola, era mato, não tinha uma casa, aqui também era puro mato, então graças a Deus como diz o outro a cidade desenvolveu um pouco, só que deu um nó lá no Taquaperi e desenvolveu ali e lá acabou.

Fica evidente também que com o tempo houve uma inversão no processo de desenvolvimento desses dois povoados. Isso ocorreu a partir da década de 1980, com a intensificação da exploração madeireira no Paraguai que passou a atrair cada vez mais migrantes paranaenses que se instalavam no núcleo urbano de Paranhos, que era por onde a madeira oriunda de Ypejhú entrava em território brasileiro. Dessa forma, o distrito foi crescendo tanto populacional, quanto economicamente, obtendo por consequência subsídios para sua emancipação do município de Amambai, em 1987. Entretanto, a vila de Taquaperi não acompanhou esse mesmo desenvolvimento.

Soma-se também à essas questões, a demarcação da aldeia Potrero Guaçu em parte das terras próximas a vila nos anos de 1990, levando dezenas de famílias a serem reassentadas em outra localidade do município. Foram mudanças significativas que aos poucos foram impactando economicamente o local, levando muitas pessoas a se mudarem em busca de melhores condições de vida.

É difícil compreender com precisão quando ocorreu o surgimento de Taquaperi. Porém, podemos identificar pelo relato de moradores que o local é antigo, como o de uma entrevistada nascida naquela localidade na década de 1930. A mesma é descendente de uma família de migrantes do Rio Grande do Sul, que não sabe com

exatidão quando seus avós teriam chegado, mas que teriam vindo por causa de uma guerra:

E-1: Então, eu nasci naquela região de Taquaperi ali. [...] Meu pai é de descendência do Rio Grande, dos gaúchos [...] a minha tia me contava que eles vieram pra cá foragido da guerra, eu aquele tempo tinha 7, 8 anos.

Possivelmente a guerra ao qual ela se refere é a Revolução Federalista em 1893. Esse conflito levou centenas de gaúchos a abandonarem o Rio Grande do Sul no final do século XIX, em busca de outros locais para sobreviverem. Principalmente aqueles onde a terra era farta, como era o caso do extremo sul de Mato Grosso. Podemos compreender melhor essas questões por meio das pesquisas de Fabrini:

A existência de campos propícios à pecuária e formações ervateiras foram informações levadas pelos combatentes da guerra e por aqueles que haviam chegado ao sul de Mato Grosso do Sul, antes da Revolução Federalista, além de saberem que lá prosperava a indústria ervateira de um gaúcho (Tomaz Laranjeira), atraídos, se dirigiram para aquela região (1995, p. 35).

Segundo o autor, esses migrantes vinham em comitivas pelo Paraguai e entravam no Brasil por diversas localidades, entre elas Paranhos, na época conhecido como povoação de Ipehum³²:

Em vários municípios do Rio Grande do Sul, eram organizadas comitivas, principalmente em São Borja e São Luiz Gonzaga. Vinham a pé, a cavalo ou em carretas, e entravam em Posadas, atravessavam o Rio Paraná, alcançando Encarnación, onde a maioria seguia por Villa Rica e San Pedro entrando no Brasil por Ipehum. Outros seguiam até Asunción e Concepción, entrando pela picada de Chiriguelo em Ponta Porã, e daí para Bela Vista, Miranda, Aquidauana e Campo Grande (idem).

Muitos desses migrantes, após entrarem em território brasileiro, seguiam caminho para outras regiões da província, entretanto, tudo indica que alguns teriam permanecido nessa região, como seria o caso da família da nossa entrevistada. Esses grupos fazem parte das “frentes de expansão”, pois o migrante chegava e em meio a abundância de terras (embora devolutas) tornava-se posseiro, porque a posse da terra não era definida pela compra (ALBANEZ, 2003). Embora Fabrini ressalte que “[...] as reivindicações dos migrantes pela posse da terra eram constantes” (1995, p.35), e que

³² Até 1926, Paranhos era nomeado como povoamento de Ipehum, mesmo nome da cidade vizinha do lado paraguaio, que ainda hoje se chama Ypejhú. Utilizei a grafia Ipehum em conformidade com os documentos da época.

quase nunca as obtinham, porque o Estado era sempre favorável a Companhia Matte Larangeira, que possuía a concessão de boa parte das terras do sul da província do governo desde 1892.

Embora Paranhos estivesse nessa área de concessão da companhia, não podemos afirmar com exatidão se esse caso se repetiu aqui, pois nenhum de nossos entrevistados comentaram algo do tipo sobre o assunto e não tivemos acesso a informações que nos levassem a acreditar que de fato isso ocorreu. As disputas de terras sem dúvidas aconteceram, mas se deu principalmente com os indígenas, conforme já discutimos anteriormente.

A exploração da erva mate se constituiu uma das primeiras atividades econômicas desenvolvida em Taquaperi e durante muito tempo, foi ela a principal. Isso é evidenciado quando um dos nossos entrevistados, um ex-posseiro, ex-ervateiro e ex-político, nascido e criado naquela localidade, explicita:

E-2: Erva mate era um primeiro recurso, e depois quando naquela época nosso recurso era só a erva mate, deu muito, meu vô que comprava tudo a erva e entregava na cooperativa em Amambai.

P: Era erva nativa?

E-2: Nativa, e pra comer feijão e arroz, cada um plantava.

Assim como seu avô, nosso entrevistado também praticou a economia ervateira durante muito tempo. Em nossa conversa podemos perceber que ele possui um conhecimento muito amplo sobre todo o processo de produção desta. Em sua chácara, localizada em Taquaperi ainda encontramos vestígios desse período, como um carijo³³, embora não mais utilizado. Nossa conversa acabou resultando em uma das propostas de atividades da nossa cartilha, sobre a erva-mate. Posteriormente, em outro momento, o filho de nosso entrevistado, que atualmente é professor, mas que trabalhou muito tempo com a erva, se ofereceu para produzir um pequeno carijo e fazer uma demonstração na escola para os alunos, de como a erva-mate é processada para ser consumida. Possibilitando assim, futuramente, oportunidade aos

³³ O Carijo “[...] é um método totalmente artesanal, mais ainda utilizado para a produção de erva-mate [...] compreende uma instalação de madeira [...] construído no interior dos ervais ou próximos aos cursos d’água e que podem ser completados com um telhado ou proteção. O jirau de varas tem em torno de 1,50 m de altura, sendo a fogueira realizada no chão, fazendo com que o calor a fumaça circulem pelos ramos” (LUZ, 2011, p.42).

alunos de conhecerem como é feita a produção da matéria-prima de uma das bebidas mais consumidas em Paranhos: o tereré³⁴.

Nos dias atuais, quase não se encontra mais erva mate nessa região, pelo menos não mais a nativa, tanto que é comum muitas pessoas não conhecerem tal planta, nem como era/é feito o processo de sua produção. Daí a necessidade de recuperar as memórias de algo historicamente tão importante para essa localidade.

Apesar de toda essa importância econômica e histórica, não apenas para Taquaperi, mas também para o distrito de Paranhos de um modo geral, não foi a erva mate a atividade econômica que mais contribuiu para o crescimento da vila e sim a atividade madeireira, impulsionada pelas frentes pioneiras nas décadas de 1950 e 1960.

A maioria das famílias que moravam nos arredores da vila de Taquaperi eram posseiros e a necessidade de regularização dessas terras, se fazia cada vez mais necessária. Coincide que nesse mesmo período, na década de 1960, houve um aumento das discussões sobre a questão agrária em nosso país. Com relação à essa questão, Fachin nos explica que,

Nesse contexto foi criada, em 1962, pelo governo federal a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), encarregada de executar a reforma agrária. O órgão absorveu as atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)⁹⁶ e do SSR, que haviam sido criados no bojo das discussões sobre a extensão rural no Brasil, cujos intentos eram organizar as comunidades rurais. (2015, p. 59).

É nesse contexto que o INCRA iniciou a demarcação da “Gleba Paranhos”. Esta fazia parte do Projeto de Assentamento Rápido de Colonos (PAR), vinculado ao Projeto Fundiário Dourados, que buscava beneficiar 1.200 famílias de agricultores, entre ocupantes de 200 lotes rurais e 1.000 lotes urbanos, incluindo dois núcleos urbanos (Paranhos e Taquaperi) cujas posses em alguns casos, já tinham iniciado há mais de 10 anos.

Essa área estava arrecadada e matriculada em nome da União, situada no município de Amambai, no qual Paranhos era distrito. Analisando o processo

³⁴ Bebida extremamente consumida em todo o estado de Mato Grosso do Sul e também no Paraguai. Seu preparo envolve a erva – mate e água gelada, lembra uma versão fria do chimarrão, embora o processo de produção seja o mesmo, a erva para o consumo do tereré é preparada diferentemente da do chimarrão.

conduzido pelo INCRA³⁵, identificamos nos relatórios que por diversas vezes fica evidente a urgência da regularização dessas terras, pela sua localização em área fronteira e por causa das tensões sociais que ocorriam há tempos, pela falta de titulação destas. Entretanto, não fica claro se essas tensões ocorriam entre os próprios posseiros ou com os indígenas.

Ocorre que o peticionário procura resolver as situações existentes na área, dando destinação fundiária legal aos ocupantes dos lotes, acabando a tensão social reinante pela falta de posicionamento definitivo das famílias ali localizadas e para evitar novas invasões, através do INCRA, órgão Federal criado para promover a colonização oficial, notadamente em se tratando de área situada na faixa de fronteiras (Processo INCRA/CR – 08/3604/81, p.131).

Portanto, tratava-se de “[...] documentar e regularizar através da titulação os ocupantes das mesmas, com o intuito de tranquiliza-los e conceder a esses agricultores o acesso às instituições de crédito, para fomentar maior produção” (idem, p.33). Podemos perceber que a falta de titulação não apenas gerava conflitos entre os posseiros, como também dificultava seu acesso a financiamentos necessários para a melhoria e aumento da produção agrícola.

Também era solicitado pelo Projeto Fundiário Dourados, que as terras de pequeno e médio porte, fossem destinadas a agricultores sem terras ou pequenos agricultores, “[...] comprovados, buscando enquadrá-los em lotes de modelo familiar” (idem, p.33). Isso porque, a maioria dos lotes em mãos desses posseiros configurava como pequena propriedade rural, o que popularmente chamamos de “chácaras”. Entretanto, é importante ressaltar que na época esse caso se restringia a gleba em questão, pois a maior parte das terras do distrito de Paranhos, já se constituía há muito tempo em grandes propriedade rurais.

Como a maioria dos colonos já ocupava a gleba por mais de 10 anos, o processo para obtenção do título definitivo da propriedade daqueles que já eram ocupantes seria mais rápido, pois foram dispensados da [...] licitação e a metodologia operacional de colonização vigente” (Processo INCRA/CR – 08/3604/81, p.33). Sendo assim, em 1981, por determinação da resolução estadual Nº 177, o assentamento foi

³⁵ Processo INCRA/CR – 08/3604/81 regularizou com a titulação, a posse dos lotes da Gleba Paranhos.

aprovado, regularizando então essas terras, realizando assim o sonho de muitos agricultores que encontravam-se na condição de posseiros.

Uma década mais tarde, grupos indígenas ocuparam e reivindicaram parte da Gleba Paranhos. Mediante estudos antropológicos de Rubem Thomaz de Almeida no Processo FUNAI/BSB/1767/98, ficou comprovado que 56 lotes da Gleba Paranhos, próximas a Taquaperi, bem como parte de algumas fazendas, de fato eram terras tradicionais indígenas. Isso resultou na demarcação das terras do tekoha Potrero Guaçu, e conseqüentemente no reassentamento desses agricultores na Cabeceira do Rio Iguatemi, um assentamento em outra localidade do município de Paranhos.

Esse é um assunto extremamente delicado e que não pretendemos nos aprofundar por diversos motivos, entre eles o fato de que haveria muita demanda de tempo e entraríamos em um campo muito complexo, pois são comuns em Paranhos, os conflitos pela posse da terra entre indígenas e não-indígenas. No entanto, gostaríamos apenas de salientar que mesmo depois passados mais de uma década, percebe-se ainda hoje que o assunto causa mágoa em muitos desses agricultores, como nosso entrevistado-2, pois mesmo tendo sido reassentados pelo INCRA, as terras que lhes foram concedidas em seu novo assentamento são extremamente improdutivas, condição oposta à que encontravam em suas antigas propriedades.

A vila de Taquaperi hoje, encontra-se muito empobrecida. Bem diferente daquilo que pudemos imaginar por meio do relato de nossos entrevistados, quando houve períodos em que se destacava mais do que o núcleo urbano de Paranhos. No entanto, sua importância histórica nos fez pensá-la como um ponto de referência dentro da história local do município em estudo, que vale a pena ser compartilhada, principalmente com os mais jovens por meio de um dos aspectos mais interessantes que a história pode nos proporcionar: a possibilidade de perceber o processo de mudanças e permanências de um devido lugar.